

**Índice das Notas Explicativas**

Apresentamos as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras da Caixa Econômica Federal, distribuídas da seguinte forma:

Página

<a href="#">Nota 1</a>	Contexto operacional	03
<a href="#">Nota 2</a>	Apresentação das demonstrações financeiras	03
<a href="#">Nota 3</a>	Principais práticas contábeis	04
<a href="#">Nota 4</a>	Caixa e equivalentes de Caixa	08
<a href="#">Nota 5</a>	Aplicações interfinanceiras de liquidez	09
<a href="#">Nota 6</a>	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	10
<a href="#">Nota 7</a>	Relações interfinanceiras - Créditos vinculados	19
<a href="#">Nota 8</a>	Carteira de crédito	21
<a href="#">Nota 9</a>	Outros créditos	31
<a href="#">Nota 10</a>	Outros valores e bens	34
<a href="#">Nota 11</a>	Investimentos	34
<a href="#">Nota 12</a>	Imobilizado	35
<a href="#">Nota 13</a>	Intangível	36
<a href="#">Nota 14</a>	Diferido	36
<a href="#">Nota 15</a>	Depósitos e captações no mercado aberto	37
<a href="#">Nota 16</a>	Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário	42
<a href="#">Nota 17</a>	Obrigações por empréstimos	43
<a href="#">Nota 18</a>	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	43
<a href="#">Nota 19</a>	Outras obrigações	44
<a href="#">Nota 20</a>	Patrimônio líquido	48
<a href="#">Nota 21</a>	Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	48
<a href="#">Nota 22</a>	Receitas da intermediação financeira	50
<a href="#">Nota 23</a>	Despesas da intermediação financeira	51
<a href="#">Nota 24</a>	Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	51
<a href="#">Nota 25</a>	Despesas com pessoal	52
<a href="#">Nota 26</a>	Despesas administrativas	52
<a href="#">Nota 27</a>	Outras receitas operacionais	53
<a href="#">Nota 28</a>	Outras despesas operacionais	53
<a href="#">Nota 29</a>	Resultado não operacional	54

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

---

<a href="#">Nota 30</a>	Despesas tributárias	54
<a href="#">Nota 31</a>	Passivos contingentes	54
<a href="#">Nota 32</a>	Partes relacionadas	58
<a href="#">Nota 33</a>	Benefícios a empregados	60
<a href="#">Nota 34</a>	Gerenciamento do risco corporativo	64
<a href="#">Nota 35</a>	Outras informações	75

## **Nota - 1** Contexto operacional

A CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O capital da CAIXA pertence integralmente a União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da Empresa se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

### **Áreas de atuação**

A CAIXA está autorizada a atuar em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infra-estrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria e suas operações são apresentadas em demonstrações financeiras individuais.

Conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, que autoriza a CAIXA a criar empresas subsidiárias integrais ou controladas, com vistas ao cumprimento de atividades de seu objeto social e à aquisição de participações acionárias em instituições financeiras públicas ou privadas do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculadas, a CAIXA constituiu a sociedade comercial, sob a forma de sociedade anônima, denominada CAIXA PARTICIPAÇÕES S/A com o capital social de R\$ 2.500.000 representado por 2.500.000 ações ordinárias.

## **Nota - 2** Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras são elaboradas com base em registros que refletem os custos históricos das transações. A carteira de títulos para negociação e os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo com reflexo no resultado. Os valores contábeis dos ativos e passivos mantidos pelo custo e protegidos por instrumentos de hedge foram ajustados para registrar mudanças no valor justo atribuído ao risco objeto do hedge. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas: à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para contingências; a outras provisões;

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

a planos de previdência complementar; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

**Nota - 3 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis utilizadas pela CAIXA estão assim resumidas:

**(a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registrados pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

**(b) Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades em moeda nacional são avaliadas pelo seu valor de face, e as em moedas estrangeiras são convertidas usando-se a taxa de fechamento divulgada pelo BACEN na data do Balanço Patrimonial.

Para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira, as aplicações em operações interfinanceiras compromissadas, com vencimento original de até 90 dias e que apresentam risco mitigado de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos a curto prazo.

**(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

**(d) Títulos e valores mobiliários**

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda: que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste ao valor justo TVM e derivativos". As valorizações/desvalorizações serão levadas a resultados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.

- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados “pro-rata” dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

**(e) Instrumentos financeiros derivativos**

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos (*hedge*) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado a operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

**(f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso		Classificação do cliente
Prazo normal	Prazo especial (i)	
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(i) Compreendem as operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução do CMN nº 2.682/1999.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009****Em milhares de reais, exceto quando indicado**

---

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**(g) Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A partir de 1º maio de 2008, a contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas (até 30 de abril de 2008, alíquota era de 9% para todas as empresas).

O imposto de renda e contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objetos de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

**(h) Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

**(i) Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

**(j) Imobilizado**

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidas com essas finalidades, conforme estabelece a Resolução CMN 3.642/2008. O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, com incorporação ao custo do valor do saldo da reserva de reavaliação por força da Resolução do CMN nº 3.617/2008, submetidos a testes de redução ao valor recuperável e depreciados pelo método linear sem valor residual.

**(l) Intangível**

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável.

**(m) Diferido**

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

**(n) Depósitos e captações no mercado aberto**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

**(o) Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

(i) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Passivos contingentes – são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado**(p) Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “pro-rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base “pro-rata” dia).

**(q) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros**

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. As perdas são reconhecidas diretamente no resultado do período.

**(r) Benefícios a empregados**

Os benefícios de curto prazo devidos aos empregados são reconhecidos contabilmente no resultado do período em que o empregado faz jus ao benefício.

O reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, para os benefícios pós-emprego, é efetuado de acordo os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº371/2000.

(i) A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- I. 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido;
- II. 10% do valor justo dos ativos do plano.

(ii) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados conforme item (i), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

**Nota - 4 Caixa e equivalentes de Caixa**

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Caixa	1.618.647	1.824.823	1.401.007
Disponibilidade em moeda nacional	1.249.811	1.379.224	910.161
Disponibilidade em moeda estrangeira	29.545	30.655	35.936
<b>Total de Disponibilidades (caixa)</b>	<b>2.898.003</b>	<b>3.234.702</b>	<b>2.347.104</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez*	38.505.349	29.336.351	14.605.930
<b>Total</b>	<b>41.403.352</b>	<b>32.571.053</b>	<b>16.953.034</b>

\* Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### Nota - 5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2010						2009			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
<b>Aplicações no mercado aberto</b>										
<b>Posição bancada</b>	<b>10.819</b>	-	-	-	<b>10.819</b>	<b>0,03</b>	<b>321</b>	<b>0,00</b>	<b>3.354.854</b>	<b>7,89</b>
Letras Financeiras do Tesouro	2.997	-	-	-	2.997	0,01	21	0,00	4	0,00
Letras do Tesouro Nacional	1.500	-	-	-	1.500	0	300	0,00	12	0,00
Notas do Tesouro Nacional	6.322	-	-	-	6.322	0,02	-	0,00	3.354.838	7,89
<b>Posição financiada</b>	<b>38.400.349</b>	-	-	-	<b>38.400.349</b>	<b>99,73</b>	<b>29.336.030</b>	<b>99,69</b>	<b>36.597.514</b>	<b>86,10</b>
Letras Financeiras do Tesouro	12.074.680	-	-	-	12.074.680	31,4	5.279.745	17,94	5.808.243	13,70
Letras do Tesouro Nacional	7.221.649	-	-	-	7.221.649	18,8	5.247.536	17,83	17.741.675	41,80
Notas do Tesouro Nacional	19.104.020	-	-	-	19.104.020	49,7	18.808.749	63,92	13.047.596	30,70
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	-	<b>94.181</b>	-	-	<b>94.181</b>	<b>0,25</b>	<b>92.334</b>	<b>0,31</b>	<b>2.545.258</b>	<b>5,99</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	94.216	-	-	94.216	0,25	92.334	0,31	-	0,00
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	-	(35)	-	-	(35)		-	-	-	0,00
<b>Total</b>	<b>38.411.168</b>	<b>94.181</b>	-	-	<b>38.505.349</b>	<b>100</b>	<b>29.428.685</b>	<b>100,00</b>	<b>42.497.626</b>	<b>100,00</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>38.411.168</b>	<b>94.181</b>	-	-	<b>38.505.349</b>	<b>100</b>	<b>29.428.685</b>	<b>100,00</b>	<b>42.497.626</b>	<b>100,00</b>
<b>Ativo não circulante</b>	-	-	-	-	-		-	-	-	-

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(a) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez**

Descrição	2010		2009	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	
<b>Rendas de aplic em oper compromissadas:</b>	<b>1.089.840</b>	<b>975.510</b>	<b>1.388.202</b>	
Posição bancada	221.234	91.916	264.818	
Posição financiada	868.606	883.594	1.123.383	
<b>Rendas de aplic em depósitos interfinanceiros</b>	<b>1.882</b>	<b>2.737</b>	<b>72.461</b>	
<b>Total</b>	<b>1.091.722</b>	<b>978.247</b>	<b>1.460.663</b>	

**Nota - 6** Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

**(a) Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**

Descrição	2010		2009			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
<b>I - Títulos para negociação</b>	<b>32.086.147</b>	<b>30,54</b>	<b>46.451.351</b>	<b>39,22</b>	<b>32.728.316</b>	<b>27,75</b>
Letras Financeiras do Tesouro	7.680.076	7,31	7.543.167	6,37	9.996.119	8,48
Letras do Tesouro Nacional	18.408.255	17,52	18.138.673	15,31	6.877.812	5,83
Notas do Tesouro Nacional	5.935.916	5,65	20.708.982	17,48	15.835.122	13,43
Debêntures	47.470	0,05	46.014	0,04	5.940	0,01
Cotas de Fundos	14.430	0,01	14.515	0,02	13.323	0,01
<b>II - Títulos disponíveis para venda</b>	<b>1.515.125</b>	<b>1,44</b>	<b>1.471.071</b>	<b>1,24</b>	<b>1.771.784</b>	<b>1,50</b>
Letras Financeiras do Tesouro	248.114	0,24	260.053	0,22	290.743	0,25
Notas do Tesouro Nacional	208.065	0,20	207.830	0,18	559.120	0,47
Títulos da Dívida Agrária	267	0,00	260	0,00	254	0,00
Certificado Financeiro do Tesouro	59.034	0,06	57.369	0,05	55.598	0,05
Debêntures	324.081	0,31	313.413	0,26	341.154	0,29
Cotas de Fundos	675	0,00	668	0,00	742	0,00
Certificados de Recebíveis Imobiliários	67.941	0,06	69.304	0,06	73.181	0,06
Outros	606.948	0,58	562.174	0,47	450.992	0,38
<b>III - Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>71.473.709</b>	<b>68,02</b>	<b>70.527.406</b>	<b>59,54</b>	<b>83.428.750</b>	<b>70,74</b>
Letras Financeiras do Tesouro	5.357.304	5,10	10.420.993	8,80	22.009.402	18,66
Letras do Tesouro Nacional	9.004.154	8,57	8.792.353	7,42	2.742.755	2,33
Notas do Tesouro Nacional	52.870.225	50,32	47.751.907	40,31	51.850.429	43,97
Tesouro Nacional/Securitização	3.169.855	3,02	3.203.027	2,70	5.875.218	4,98
Debêntures	57.744	0,05	56.186	0,05	53.653	0,05
Notas Promissórias	1.014.427	0,97	302.940	0,26	897.293	0,76
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>351</b>	<b>0,00</b>	<b>396</b>	<b>0,00</b>	<b>57</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>105.075.332</b>	<b>100,00</b>	<b>118.450.224</b>	<b>100,00</b>	<b>117.928.907</b>	<b>100,00</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (b) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos por prazo

#### (b.1) Categoria I - Títulos para negociação

	2010							2009					
	31 de março							31 de dezembro			31 de março		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado
<b>Títulos Públicos Brasil</b>	<b>5.272.179</b>	<b>4.053.374</b>	<b>12.331.281</b>	<b>10.361.231</b>	<b>32.018.065</b>	<b>6.182</b>	<b>32.024.247</b>	<b>46.373.584</b>	<b>17.238</b>	<b>46.390.822</b>	<b>32.272.042</b>	<b>437.011</b>	<b>32.709.053</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	858.869	604.343	6.217.926	7.681.138	(1.062)	7.680.076	7.544.236	(1.069)	7.543.167	9.991.888	4.231	9.996.119
Letras do Tesouro Nacional	5.272.179	388.691	9.096.321	3.669.461	18.426.652	(18.397)	18.408.255	18.156.884	(18.211)	18.138.673	6.795.732	82.079	6.877.812
Notas do Tesouro Nacional	-	2.805.814	2.630.617	473.844	5.910.275	25.641	5.935.916	20.672.464	36.518	20.708.982	15.484.422	350.701	15.835.122
<b>Títulos Empresa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>60.924</b>	<b>60.924</b>	<b>976</b>	<b>61.900</b>	<b>59.999</b>	<b>530</b>	<b>60.529</b>	<b>18.822</b>	<b>441</b>	<b>19.263</b>
Debêntures	-	-	-	46.494	46.494	976	47.470	45.484	530	46.014	5.499	441	5.940
Cotas de Fundos	-	-	-	14.430	14.430	-	14.430	14.515	-	14.515	13.323	-	13.323
<b>Total</b>	<b>5.272.179</b>	<b>4.053.374</b>	<b>12.331.281</b>	<b>10.422.155</b>	<b>32.078.989</b>	<b>7.158</b>	<b>32.086.147</b>	<b>46.433.583</b>	<b>17.768</b>	<b>46.451.351</b>	<b>32.290.864</b>	<b>437.452</b>	<b>32.728.316</b>
% Pz Venc.	16,43	12,64	38,44	32,49	100,00	-	-	100,00	-	-	100,00	-	-

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (b.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

	2010							2009						
	31 de março							31 de dezembro			31 de março			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	
<b>Títulos Públicos Brasil</b>	-	14.088	-	1.027.657	1.041.745	7.363	1.049.108	1.010.489	6.515	1.017.004	1.320.948	8.890	1.329.839	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	247.204	247.204	910	248.114	259.003	1.050	260.053	289.211	1.532	290.743	
Notas do Tesouro Nacional	-	14.088	-	187.884	201.972	6.093	208.065	202.288	5.542	207.830	549.619	9.501	559.120	
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	245	245	22	267	236	24	260	228	26	254	
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	58.696	58.696	338	59.034	57.470	(101)	57.369	57.767	(2.169)	55.598	
Outros	-	-	-	533.628	533.628	-	533.628	491.492	-	491.492	424.124	-	424.124	
<b>Títulos Empresa</b>	-	-	74	408.153	408.227	57.790	466.017	400.912	53.155	454.067	432.221	9.724	441.945	
Debêntures	-	-	74	314.397	314.471	9.610	324.081	305.247	8.166	313.413	337.767	3.387	341.154	
Cotas de Fundos	-	-	-	675	675	-	675	668	-	668	742	-	742	
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	68.125	68.125	(184)	67.941	70.041	(737)	69.304	75.021	(1.840)	73.181	
Outros	-	-	-	24.956	24.956	48.364	73.320	24.956	45.726	70.682	18.691	8.177	26.868	
<b>Total</b>	-	14.088	74	1.435.810	1.449.972	65.153	1.515.125	1.411.401	59.670	1.471.071	1.753.169	18.614	1.771.784	

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(b.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento**

	2010						2009			
	31 de março						31 de dezembro		31 de março	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
<b>Títulos Públicos Brasil</b>	-	<b>899.417</b>	<b>10.638.338</b>	<b>58.863.783</b>	<b>70.401.538</b>	<b>71.023.417</b>	<b>70.168.279</b>	<b>70.204.969</b>	<b>82.477.804</b>	<b>82.060.099</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	105.591	374.841	4.876.872	5.357.304	5.356.784	10.420.993	10.423.067	22.009.402	22.048.504
Letras do Tesouro Nacional	-	-	9.004.154	-	9.004.154	8.985.758	8.792.353	8.765.069	2.742.755	2.835.568
Notas do Tesouro Nacional	-	793.826	1.259.343	50.817.056	52.870.225	53.969.501	47.751.907	48.317.965	51.850.429	52.485.832
Tesouro Nacional/Securitização	-	-	-	3.169.855	3.169.855	2.711.374	3.203.026	2.698.868	5.875.218	4.690.195
<b>Títulos Empresa</b>	-	<b>1.014.427</b>	-	<b>57.744</b>	<b>1.072.171</b>	<b>1.068.368</b>	<b>359.127</b>	<b>355.710</b>	<b>950.946</b>	<b>951.243</b>
Debêntures	-	-	-	57.744	57.744	54.078	56.186	52.730	53.653	54.011
Notas Promissórias	-	1.014.427	-	-	1.014.427	1.014.290	302.941	302.980	897.293	897.232
<b>Total</b>	-	<b>1.913.844</b>	<b>10.638.338</b>	<b>58.921.527</b>	<b>71.473.709</b>	<b>72.091.785</b>	<b>70.527.406</b>	<b>70.560.679</b>	<b>83.428.750</b>	<b>83.011.342</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (c) Classificação consolidada por prazos

Descrição	31 de março 2010											
	Custo	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado refletida		Valor de Mercado categoria I e II	Valor de Mercado*	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 360	361 - 720	Acima de 720 dias
		Resultado	Patrimônio Líquido									
<b>TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL</b>	<b>103.461.348</b>	<b>6.182</b>	<b>7.363</b>	<b>103.474.893</b>	<b>104.096.772</b>	<b>98,49</b>	<b>5.271.682</b>	<b>38.094</b>	<b>4.928.633</b>	<b>22.980.875</b>	<b>21.877.821</b>	<b>48.377.788</b>
Letras Financeiras do Tesouro	13.285.646	-1.062	910	13.285.494	13.284.974	12,57	-	38.094	926.214	979.184	3.490.235	7.851.767
Letras do Tesouro Nacional	27.430.806	-18.397	-	27.412.409	27.394.013	25,92	5.271.682	-	388.691	18.079.997	3.672.039	-
Notas do Tesouro Nacional	58.982.472	25.641	6.093	59.014.206	60.113.482	56,88	-	-	3.613.728	3.921.694	14.715.547	36.763.237
Tesouro Nacional/Securitização	3.169.855	-	-	3.169.855	2.711.374	2,57	-	-	-	-	-	3.169.855
Títulos da Dívida Agrária	245	-	22	267	267	-	-	-	-	-	-	267
Cert. Financeiro do Tesouro	58.696	-	338	59.034	59.034	0,06	-	-	-	-	-	59.034
Outros	533.628	-	-	533.628	533.628	0,5	-	-	-	-	-	533.628
<b>TÍTULOS PRIVADOS</b>	<b>1.541.322</b>	<b>976</b>	<b>57.790</b>	<b>1.600.088</b>	<b>1.596.285</b>	<b>1,51</b>	<b>-</b>	<b>311.647</b>	<b>702.780</b>	<b>74</b>	<b>1.315</b>	<b>584.272</b>
Debêntures	418.709	976	9.610	429.295	425.629	0,4	-	-	-	74	1.315	427.906
Notas Promissórias	1.014.427	-	-	1.014.427	1.014.290	0,96	-	311.647	702.780	-	-	-
Cotas de Fundos	15.105	-	-	15.105	15.105	0,01	-	-	-	-	-	15.105
Cert.de Recebíveis Imobiliários	68.125	-	-184	67.941	67.941	0,06	-	-	-	-	-	67.941
Outros	24.956	-	48.364	73.320	73.320	0,07	-	-	-	-	-	73.320
<b>SUBTOTAL - TVM</b>	<b>105.002.670</b>	<b>7.158</b>	<b>65.153</b>	<b>105.074.981</b>	<b>105.693.057</b>	<b>100</b>	<b>5.271.682</b>	<b>349.741</b>	<b>5.631.413</b>	<b>22.980.949</b>	<b>21.879.136</b>	<b>48.962.060</b>
Negociação	32.078.989	7.158	-	32.086.147	32.086.147	-	5.271.682	26.765	4.026.456	12.342.537	6.550.444	3.868.263
Disponíveis para Venda	1.449.972	-	65.153	1.515.125	1.515.125	-	-	-	14.088	74	57.158	1.443.805
Mantidos até o Vencimento	71.473.709	-	-	71.473.709	72.091.785	-	-	322.976	1.590.869	10.638.338	15.271.534	43.649.992
<b>DERIVATIVOS (ATIVO)</b>	<b>351</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>351</b>	<b>351</b>	<b>-</b>	<b>351</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DERIVATIVOS (PASSIVO)</b>	<b>994</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>994</b>	<b>994</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TVM E DERIVATIVOS (ATIVO)</b>	<b>105.003.021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>105.075.332</b>	<b>105.693.408</b>	<b>-</b>	<b>5.272.033</b>	<b>349.741</b>	<b>5.631.413</b>	<b>22.980.949</b>	<b>21.879.136</b>	<b>48.962.060</b>
<b>TVM E DERIVATIVOS (PASSIVO)</b>	<b>994</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>994</b>	<b>994</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

\* Os títulos Mantidos até o vencimento foram marcados a mercado para análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(d) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários**

Descrição	Carteira Própria	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	%
		Compromissos de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central			
<b>TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL</b>	<b>73.980.579</b>	<b>28.563.286</b>	<b>309.190</b>	<b>621.838</b>	<b>351</b>	<b>103.475.244</b>	<b>98,48</b>
Letras Financeiras do Tesouro	7.154.611	5.963.508	167.375	-	-	13.285.494	12,64
Letras do Tesouro Nacional	18.253.308	9.017.286	141.815	-	-	27.412.409	26,09
Notas do Tesouro Nacional	44.809.876	13.582.491	-	621.838	-	59.014.206	56,16
Tesouro Nacional/Securitização	3.169.855	-	-	-	-	3.169.855	3,02
Títulos da Dívida Agrária	267	-	-	-	-	267	0,00
Certificado Financeiro do Tesouro	59.034	-	-	-	-	59.034	0,06
Outros	533.628	-	-	-	351	533.979	0,51
<b>TÍTULOS DE EMPRESAS</b>	<b>1.600.088</b>	-	-	-	-	<b>1.600.088</b>	<b>1,52</b>
Debêntures	429.295	-	-	-	-	429.295	0,41
Notas Promissórias	1.014.427	-	-	-	-	1.014.427	0,97
Cotas de Fundos	15.105	-	-	-	-	15.105	0,01
Certificados de Recebíveis Imobiliários	67.941	-	-	-	-	67.941	0,06
Outros	73.320	-	-	-	-	73.320	0,07
<b>31 de março de 2010</b>	<b>75.580.667</b>	<b>28.563.286</b>	<b>309.190</b>	<b>621.838</b>	<b>351</b>	<b>105.075.332</b>	<b>100,00</b>
<b>31 de dezembro de 2009</b>	<b>70.653.467</b>	<b>35.478.534</b>	<b>345.762</b>	<b>11.972.065</b>	<b>396</b>	<b>118.450.224</b>	<b>100,00</b>
<b>31 de março de 2009</b>	<b>83.381.275</b>	<b>23.315.901</b>	<b>698.445</b>	<b>10.533.229</b>	<b>57</b>	<b>117.928.907</b>	<b>100,00</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009****Em milhares de reais, exceto quando indicado**

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os títulos CVS referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento é em 2027, são remunerados com base na variação da TR mais juros anuais de até 6,17%. Tendo por base a Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União está autorizada a permutá-los por outros títulos de emissão do Tesouro Nacional ao valor de face atualizado. Ciente de que a permuta, quando necessária, será realizada e considerando a capacidade financeira da CAIXA, a Administração decidiu classificar os referidos títulos na categoria mantidos até o vencimento – Tesouro Nacional/Securitização.

**(e) Resultado com títulos e valores mobiliários**

Descrição	2010	2009	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Operações compromissadas	1.089.840	975.510	1.388.201
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.846	3.153	72.461
Ativos financeiros disponíveis para venda	67.547	42.174	44.865
Ativos financeiros mantidos para negociação	691.180	828.612	1.316.239
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.255.799	2.084.192	2.414.355
<b>Total</b>	<b>4.106.212</b>	<b>3.933.641</b>	<b>5.236.121</b>

**(f) Instrumentos financeiros derivativos**

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados com instrumentos de hedge, destinam-se a proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários. Os contratos de swap, registrados na Cetip e na BM&F, estão sujeitos a risco de crédito no caso de a contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em "swap" em 31 de março de 2010 é de R\$ 32.980 (2009 - R\$ 2.418).

As posições desses derivativos têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação, e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 13.091.841 (2009 - R\$ 14.503.864). O diferencial a pagar de *Swap* nessa data monta R\$ 994 (2009 - R\$ 1.152) e o diferencial a receber de *Swap*, R\$ 351 (2009 - R\$ 57).

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (g) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação:

	2010				2009							
	31 de março				31 de dezembro				31 de março			
	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / pago	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / Pago	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / Pago	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<b>Contratos de futuros</b>	11.249.568	-	-	11.249.568	17.677.068	-	-	17.677.068	13.798.646	-	-	13.798.646
<b>Compromissos de venda</b>	11.249.568	-	-	11.249.568	17.677.068	-	-	17.677.068	13.798.646	-	-	13.798.646
Moeda estrangeira	7.610	-	-	7.610	7.453	-	-	7.453	9.879	-	-	9.879
Índices	11.241.958	-	-	11.241.958	17.669.615	-	-	17.669.615	13.788.767	-	-	13.788.767
<b>Contratos de swaps</b>												
<b>Posição ativa</b>												
Taxa Referencial	1.695.442	-	63.073	1.758.515	1.855.620	-	21.406	1.877.026	627.871	57	6.482	634.295
<b>Posição passiva</b>												
Pós-Fixados	1.695.442	-	63.073	1.758.515	1.855.620	-	23.666	1.879.286	627.871	51	6.565	634.487

### (h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de custo e valor de mercado:

	2010							2009			
	31 de março							31 de dezembro		31 de março	
	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
<b>ATIVO –DI - Futuros</b>											
BM&F Bovespa	2.040.331	-	1.900.270	3.866.974	3.434.383	-	11.241.958	-	11.241.958	17.669.615	13.788.767
<b>ATIVO DOLAR - Futuros</b>											
BM&F Bovespa	-	7.610	-	-	-	-	7.610	-	7.610	7.453	9.879

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(i) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos**

	2010	2009	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Swap	(103)	-	(1.395)
Futuro	(42.076)	(11.968)	(377.371)
<b>Total</b>	<b>(42.179)</b>	<b>(11.968)</b>	<b>(378.766)</b>

**(j) Margem de garantia**

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco em aberto, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Títulos públicos			
- Letras Financeiras do Tesouro	152.555	181.714	640.960

**(l) Marcação a mercado**

A marcação a mercado desempenha importante papel no gerenciamento do risco de mercado, demonstrando as flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela Instituição. Seu objetivo é estimar os preços dos fatores de risco de mercado aos quais estão expostas as operações ativas e passivas e, conseqüentemente, os preços que reflitam, da melhor maneira possível, as condições de negociação das posições das carteiras da CAIXA no mercado financeiro.

Na CAIXA, o processo de marcação a mercado é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das curvas de taxas de juros de mercado. Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, sendo utilizados modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido e as curvas a partir dos preços e taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A atividade de marcação a mercado está inserida no processo de gerenciamento do risco de mercado e é executada por unidade específica, sob a responsabilidade do Vice-Presidente de Controle e Risco.

A metodologia de marcação a mercado da CAIXA está alinhada às melhores práticas de governança corporativa e gestão de riscos. Abrange todas as operações ativas e passivas da Instituição e tem como princípios fundamentais a transparência da informação e a independência da unidade gestora.

Os preços e taxas utilizados na avaliação do valor de mercado das operações ativas e passivas são oriundos de fontes com representatividade e confiabilidade no mercado: preços públicos ou disponíveis a todas as instituições financeiras e preços decorrentes de coletas privadas ou acessíveis a um grupo específico ou limitado destas instituições.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

Os dados são capturados e utilizados para representar as informações de mercado relativas ao mesmo momento, sendo validados sob os aspectos físico e lógico.

A validação física ou de integridade consiste em verificar se os dados de mercado capturados nas fontes primárias e disponíveis nos sistemas envolvidos no processo de marcação a mercado apresentam os mesmos valores.

A validação lógica consiste em verificar se os dados capturados são consistentes e compatíveis com o comportamento do mercado, evitando imprecisões, erros ou não sincronismo e compreende duas funcionalidades:

- Verificação comparativa entre os valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado e os valores e estruturas temporais geradas em dias anteriores ou apresentadas pelos fatores de risco dos instrumentos, contratos, ativos ou títulos que possam servir de referência.
- Verificação absoluta para detectar e observar variações e descontinuidades inesperadas ou inconsistentes dentro dos próprios valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado, como, por exemplo, as variações no valor da taxa a termo utilizada para a interpolação ou extrapolação dos dados.

**Nota - 7**      **Relações interfinanceiras - Créditos vinculados**

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

Descrição	Remuneração	2010	2009	
		31 de março	31 de dezembro	31 de março
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	4.171.550	3.408.338	2.713.012
Compulsório sobre depósito de poupança	TR + 6% a.a	22.167.977	21.631.421	19.134.408
Compulsório adicional	Taxa selic	14.618.091	7	7
<b>Total</b>		<b>40.957.618</b>	<b>25.039.766</b>	<b>21.847.427</b>

(b) A rubrica "Sistema Financeiro da Habitação - SFH" inclui preponderantemente os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, no montante de R\$ 27.988.491 (2009 – R\$ 26.782.926) e provisões de R\$ 3.219.333 (2009 – 3.449.319), que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	2010				2009	
	31 de março		31 de dezembro		31 de março	
Situação dos contratos	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Não habilitados (i)	2.604.771	(557.104)	2.577.827	(552.859)	2.478.548	(344.850)
Habilitados e não homologados (ii)	5.226.401	(1.980.909)	5.215.350	(1.990.401)	5.456.116	(2.361.148)
Habilitados e homologados (iii)	20.157.319	(681.320)	19.865.667	(707.337)	18.848.262	(743.321)
<b>Total</b>	<b>27.988.491</b>	<b>(3.219.333)</b>	<b>27.658.844</b>	<b>(3.250.597)</b>	<b>26.782.926</b>	<b>(3.449.319)</b>

(i) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(ii) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte da CAIXA e/ou do FCVS, para homologação final do FCVS.

(iii) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

**(c) Resultado das aplicações compulsórias**

Descrição	2010	2009	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Créditos vinculados ao BACEN	364.909	1.329.431	338.568
Créditos vinculados ao SFH	412.286	1.757.444	475.171
<b>Total</b>	<b>777.195</b>	<b>3.086.875</b>	<b>813.739</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota - 8 Carteira de crédito**

**(a) Composição das carteiras de crédito por tipo de operação**

**(a.1) Curso normal**

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010		2009			
							31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Empréstimos e títulos descontados	2.702.795	1.904.404	1.741.070	4.502.542	6.712.287	19.554.270	37.117.368	32,72	33.064.686	32,21	25.399.573	34,37
Financiamentos	820.350	176.935	170.709	481.430	841.910	3.074.107	5.565.441	4,91	5.394.154	5,25	4.400.944	5,95
Financiamentos imobiliários	1.302.690	802.827	797.804	2.387.311	4.741.735	50.179.508	60.211.875	53,08	53.810.328	52,42	36.852.405	49,86
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	53.116	51.587	51.085	152.824	304.507	7.887.438	8.500.557	7,49	8.215.055	8,00	5.626.266	7,61
Outros Créditos	970.871	372.613	234.914	302.284	123.494	28.486	2.032.662	1,80	2.176.370	2,12	1.631.287	2,21
<b>31 de março de 2010</b>	<b>5.849.822</b>	<b>3.308.366</b>	<b>2.995.582</b>	<b>7.826.391</b>	<b>12.723.933</b>	<b>80.723.809</b>	<b>113.427.903</b>	<b>100,00</b>	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2009</b>	<b>5.821.652</b>	<b>3.135.448</b>	<b>2.726.348</b>	<b>7.307.145</b>	<b>11.750.064</b>	<b>71.919.936</b>	-	-	<b>102.660.593</b>	<b>100,00</b>	-	-
<b>31 de março de 2009</b>	<b>4.401.867</b>	<b>2.337.093</b>	<b>2.011.532</b>	<b>5.284.433</b>	<b>8.215.095</b>	<b>51.660.455</b>	-	-	-	-	<b>73.910.475</b>	<b>100,00</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (a.2) Curso anormal – Parcelas vencidas

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010		2009			
							31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Empréstimos e títulos descontados	253.104	221.667	196.305	400.178	608.407	62.241	1.741.902	54,63	1.794.119	59,86	1.554.771	63,72
Financiamentos	20.490	22.442	128.945	238.914	243.526	19.038	673.355	21,12	650.219	21,69	550.756	22,57
Financiamentos imobiliários	104.597	66.756	100.906	180.225	287.518	6.308	746.310	23,40	533.671	17,81	314.902	12,90
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	-	5.715	22	877	-	3	6.617	0,21	54	-	-	0,00
Outros Créditos	5.956	5.354	2.319	2.357	2.546	2.072	20.604	0,64	19.083	0,64	19.735	0,81
<b>31 de março de 2010</b>	<b>384.147</b>	<b>321.934</b>	<b>428.497</b>	<b>822.551</b>	<b>1.141.997</b>	<b>89.662</b>	<b>3.188.788</b>	<b>100,00</b>	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2009</b>	<b>383.669</b>	<b>268.733</b>	<b>455.641</b>	<b>844.834</b>	<b>959.920</b>	<b>84.349</b>	-	-	<b>2.997.146</b>	<b>100,00</b>	-	-
<b>31 de março de 2009</b>	<b>327.921</b>	<b>335.755</b>	<b>378.183</b>	<b>695.346</b>	<b>657.526</b>	<b>45.433</b>	-	-	-	-	<b>2.440.164</b>	<b>100,00</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (a.3) Curso anormal – Parcelas vincendas

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010		2009			
							31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Empréstimos e títulos descontados	105.831	86.944	83.959	233.431	382.328	1.348.797	2.241.290	11,19	4.137.920	19,78	1.589.311	10,94
Financiamentos	26.204	25.527	25.126	71.316	122.325	351.204	621.702	3,10	536.029	2,56	447.324	3,08
Financiamentos imobiliários	574.801	222.896	222.191	663.711	1.319.607	13.847.285	16.850.491	84,14	16.176.638	77,33	12.029.949	82,85
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	222	222	222	666	1.332	300.247	302.911	1,51	58.089	0,28	443.610	3,05
Outros Créditos	8.852	235	80	224	424	667	10.482	0,06	10.027	0,05	10.824	0,07
<b>31 de março de 2010</b>	<b>715.910</b>	<b>335.824</b>	<b>331.578</b>	<b>969.348</b>	<b>1.826.016</b>	<b>15.848.200</b>	<b>20.026.876</b>	<b>100,00</b>	-	-	-	<b>0,00</b>
<b>31 de dezembro de 2009</b>	<b>708.229</b>	<b>357.163</b>	<b>353.611</b>	<b>1.039.227</b>	<b>1.964.616</b>	<b>16.495.857</b>	-	-	<b>20.918.703</b>	<b>100,00</b>	-	-
<b>31 de março de 2009</b>	<b>424.319</b>	<b>272.427</b>	<b>268.670</b>	<b>781.592</b>	<b>1.456.811</b>	<b>11.317.199</b>	-	-	-	-	<b>14.521.018</b>	<b>100,00</b>

### (a.4) Consolidação da composição das carteiras de crédito por tipo de operação

Descrição	2010		2009			
	Total em 31 de março (a1)+(a2)+(a3)	%	Total em 31 de dezembro (a1)+(a2)+(a3)	%	Total em 31 de março (a1)+(a2)+(a3)	%
Empréstimos e títulos descontados	41.100.560	30,10	38.996.725	30,8	28.543.655	31,4
Financiamentos	6.860.498	5,02	6.580.402	5,2	5.399.024	5,94
Financiamentos imobiliários	77.808.676	56,90	70.520.637	55,7	49.197.256	54,1
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	8.810.085	6,45	8.273.198	6,54	6.069.876	6,68
Outros Créditos (nota 9 c.1)	2.063.748	1,53	2.205.480	1,74	1.661.846	1,83
<b>Total</b>	<b>136.643.567</b>	<b>100,00</b>	<b>126.576.442</b>	<b>100,00</b>	<b>90.871.657</b>	<b>100,00</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (b) Modalidades e níveis de risco

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2010		2009			
										Total em 31 de março	%	Total em 31 de dezembro	%	Total em 31 de março	%
Empréstimos e títulos descontados	6.398.858	19.330.329	9.698.034	2.512.129	797.347	233.857	235.023	444.237	1.450.746	41.100.560	30,08	38.996.725	30,81	28.543.655	31,40
Financiamentos	629.190	3.483.523	973.901	269.298	187.709	67.811	69.398	122.162	1.057.506	6.860.498	5,02	6.580.402	5,20	5.399.024	5,90
Financiamentos imobiliários	71.423	34.066.162	23.629.017	14.202.099	1.003.682	334.451	335.696	348.849	3.817.297	77.808.676	56,94	70.520.637	55,71	49.197.256	54,20
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	599.802	4.723.947	1.758.264	1.089.949	488.416	-	-	-	149.707	8.810.085	6,45	8.273.198	6,54	6.069.876	6,70
Outros Créditos	323	1.372.041	302.597	122.755	186.073	26.326	7.648	11.769	34.216	2.063.748	1,51	2.205.480	1,74	1.661.846	1,80
<b>31 de março de 2010</b>	<b>7.699.596</b>	<b>62.976.002</b>	<b>36.361.813</b>	<b>18.196.230</b>	<b>2.663.227</b>	<b>662.445</b>	<b>647.765</b>	<b>927.017</b>	<b>6.509.472</b>	<b>136.643.567</b>	<b>100</b>	-	-	-	-
%	5,63	46,09	26,61	13,32	1,95	0,48	0,47	0,68	4,77	100	-	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2009</b>	<b>8.091.645</b>	<b>57.494.139</b>	<b>33.878.291</b>	<b>15.550.843</b>	<b>3.381.216</b>	<b>842.003</b>	<b>716.694</b>	<b>850.136</b>	<b>5.771.475</b>	-	-	<b>126.576.442</b>	<b>100,00</b>	-	-
%	6,39	45,42	26,77	12,29	2,67	0,67	0,57	0,67	4,56	-	-	-	-	-	-
<b>31 de março de 2009</b>	<b>7.819.004</b>	<b>33.043.510</b>	<b>23.619.882</b>	<b>16.132.794</b>	<b>3.027.570</b>	<b>625.119</b>	<b>1.180.540</b>	<b>796.020</b>	<b>4.627.218</b>	-	-	-	-	<b>90.871.657</b>	<b>100,0</b>
%	<b>8,60%</b>	<b>36,36%</b>	<b>25,99%</b>	<b>17,75%</b>	<b>3,33%</b>	<b>0,69%</b>	<b>1,30%</b>	<b>0,88%</b>	<b>5,09%</b>	-	-	-	-	-	-

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(c) Faixas de vencimento e níveis de risco**

**(c.1) Curso normal**

	Níveis de risco														
	Operações em Curso Normal									2010		2009			
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
01 a 30	871.500	2.873.993	1.167.916	446.265	205.670	25.450	19.290	71.114	168.624	5.849.822	5,15	5.821.652	5,67	4.395.225	5,95
31 a 60	376.114	1.670.093	664.997	300.682	110.803	15.868	10.832	35.329	123.648	3.308.366	2,92	3.135.448	3,05	2.338.861	3,16
61 a 90	278.571	1.550.027	640.676	269.620	89.111	11.849	8.507	29.752	117.469	2.995.582	2,64	2.726.348	2,66	2.012.390	2,72
91 a 180	665.147	4.112.273	1.609.412	755.375	210.837	24.828	23.193	92.232	333.094	7.826.391	6,90	7.307.145	7,12	5.119.757	6,93
181 a 360	1.249.944	6.864.791	2.736.031	1.085.066	160.372	36.201	35.336	22.769	533.423	12.723.933	11,22	11.750.065	11,45	8.264.216	11,18
Acima de 360	4.140.191	39.689.951	23.653.881	10.856.791	947.537	92.131	96.952	112.766	1.133.609	80.723.809	71,17	71.919.935	70,05	51.780.024	70,06
<b>Total</b>	<b>7.581.467</b>	<b>56.761.128</b>	<b>30.472.913</b>	<b>13.713.799</b>	<b>1.724.330</b>	<b>206.327</b>	<b>194.110</b>	<b>363.962</b>	<b>2.409.867</b>	<b>113.427.903</b>	100,00	<b>102.660.593</b>	100,00	<b>73.910.473</b>	<b>100,00</b>
<b>%</b>	<b>6,68</b>	<b>50,04</b>	<b>26,87</b>	<b>12,09</b>	<b>1,52</b>	<b>0,18</b>	<b>0,17</b>	<b>0,32</b>	<b>2,13</b>	<b>100,00</b>	-	<b>100,00</b>	-	100,00	-

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (c.2) Curso anormal

	Níveis de risco														
	Operações em Curso Anormal									2010		2009			
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
<b>Parcelas Vencidas</b>	97.672	72.934	172.905	246.084	302.573	218.837	226.120	324.721	1.526.942	<b>3.188.788</b>	<b>100,00</b>	<b>2.997.146</b>	<b>100,00</b>	14.521.020	100,00
01 a 30	96.363	71.635	124.869	33.978	13.673	4.909	4.002	2.939	31.779	<b>384.147</b>	12,05	383.667	12,80	424.319	2,92
31 a 60	-	1.299	47.112	138.561	29.932	10.065	12.712	38.719	43.534	<b>321.934</b>	10,10	268.733	8,97	272.428	1,88
61 a 90	-	-	924	48.243	204.092	26.329	21.669	39.068	88.172	<b>428.497</b>	13,44	455.642	15,20	268.671	1,85
91 a 180	27	-	-	25.302	54.791	141.931	155.086	206.932	238.482	<b>822.551</b>	25,80	844.834	28,19	781.592	5,38
181 a 360	0	-	-	-	85	35.603	32.651	37.039	1.036.619	<b>1.141.997</b>	35,81	959.921	32,03	1.456.811	10,03
Acima de 360	1.282	-	-	-	-	-	-	24	88.356	<b>89.662</b>	2,80	84.349	2,81	11.317.199	77,94
<b>Parcelas Vincendas</b>	20.457	6.141.940	5.715.994	4.236.347	636.324	237.281	227.536	238.334	2.572.663	20.026.876	<b>100,00</b>	<b>20.918.703</b>	<b>100,00</b>	2.440.164	100,00
01 a 30	1.636	193.859	321.585	100.987	16.054	7.383	5.571	5.818	63.017	715.910	<b>3,57</b>	708.228	<b>3,39</b>	346.643	14,21
31 a 60	1.607	112.789	93.252	62.591	10.242	4.332	3.655	3.620	43.736	335.824	<b>1,68</b>	357.163	1,71	261.955	10,74
61 a 90	1.588	111.429	92.291	61.596	10.109	4.277	3.602	3.574	43.112	331.578	<b>1,66</b>	353.612	1,69	374.364	15,34
91 a 180	4.616	325.424	270.602	179.624	29.456	12.478	10.538	10.501	126.109	969.348	<b>4,84</b>	1.039.226	4,97	706.868	28,97
181 a 360	5.365	614.757	514.005	333.580	54.893	23.075	20.106	20.117	240.118	1.826.016	<b>9,12</b>	1.964.614	9,39	704.455	28,87
Acima de 360	5.645	4.783.682	4.424.259	3.497.969	515.570	185.736	184.064	194.704	2.056.571	15.848.200	<b>79,13</b>	16.495.860	78,86	45.879	1,88
<b>Total</b>	<b>118.129</b>	<b>6.214.874</b>	<b>5.888.899</b>	<b>4.482.431</b>	<b>938.897</b>	<b>456.118</b>	<b>453.656</b>	<b>563.055</b>	<b>4.099.605</b>	<b>23.215.664</b>	-	<b>23.915.849</b>	-	16.961.184	-
<b>%</b>	<b>0,51</b>	<b>26,77</b>	<b>25,37</b>	<b>19,31</b>	<b>4,04</b>	<b>1,96</b>	<b>1,95</b>	<b>2,43</b>	<b>17,66</b>	<b>100,00</b>		<b>100,00</b>	-	<b>100,00</b>	-

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(d) Composição por setor de atividade da carteira de crédito**

DESCRIÇÃO	2010		2009			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
<b>SETOR PÚBLICO</b>	<b>11.834.905</b>	<b>8,66</b>	<b>11.666.037</b>	<b>9,22</b>	<b>9.488.858</b>	<b>10,44</b>
Administração Direta	5.040.102	3,68	4.937.291	3,90	3.311.622	3,64
Petroquímico	3.615.043	2,65	3.613.751	2,85	3.605.934	3,97
Saneamento	1.982.703	1,45	1.914.756	1,51	1.514.521	1,67
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	547.482	0,4	555.838	0,44	458.425	0,5
Outros	649.575	0,48	644.401	0,51	598.356	0,66
<b>SETOR PRIVADO</b>	<b>124.808.662</b>	<b>91,34</b>	<b>114.910.405</b>	<b>90,78</b>	<b>81.382.799</b>	<b>89,56</b>
<b>PESSOA JURÍDICA</b>	<b>31.346.576</b>	<b>22,94</b>	<b>28.213.056</b>	<b>24,55</b>	<b>17.947.203</b>	<b>19,75</b>
<b>INDUSTRIA E COMERCIO</b>	<b>15.979.445</b>	<b>11,69</b>	<b>14.480.340</b>	<b>12,60</b>	<b>10.563.686</b>	<b>11,62</b>
Comércio Varejista e Atacadista	5.476.632	4,01	6.282.108	5,47	5.201.524	5,72
Metalurgia	3.152.689	2,31	2.101.443	1,83	77.397	0,09
Fabricação de Produtos Químicos	1.161.830	0,85	1.158.188	1,01	1.131.706	1,25
Alimentos	1.013.055	0,74	1.045.515	0,91	601.245	0,66
Veículos Leves e Pesados	562.967	0,41	842.005	0,73	502.405	0,55
Vestuário e Acessórios	306.381	0,22	354.082	0,31	310.417	0,34
Outros Industria e Comércio	4.305.891	3,15	2.696.999	2,35	2.738.992	3,01
<b>SERVIÇOS</b>	<b>15.367.131</b>	<b>11,25</b>	<b>13.732.716</b>	<b>11,95</b>	<b>7.383.517</b>	<b>8,13</b>
Petroquímico	445.727	0,32	387.880	0,34	247.353	0,27
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	1.838.818	1,35	1.759.146	1,53	1.480.100	1,63
Saneamento	200.172	0,15	202.144	0,18	202.580	0,22
Construção Civil	875.771	0,64	1.767.009	1,54	602.477	0,66
Saúde	1.127.391	0,83	1.070.101	0,93	717.207	0,79
Atividades de Serviços Financeiros	2.638.631	1,93	2.335.308	2,03	691.556	0,76
Escritório	339.675	0,25	313.823	0,27	265.891	0,29
Transporte Terrestre	543.104	0,4	522.321	0,45	396.335	0,44
Educação	239.442	0,18	233.142	0,20	202.647	0,22
Infra-Estrutura	170.301	0,12	154.208	0,13	176.126	0,19
Habitação	1.163.079	0,85	50.099	0,04	368.744	0,41
Telecomunicações	2.066.340	1,51	2.263.150	1,97	210.174	0,23
Outros Serviços	3.718.680	2,72	2.674.385	2,33	1.822.325	2,01
<b>PESSOA FÍSICA</b>	<b>93.462.086</b>	<b>68,4</b>	<b>86.697.349</b>	<b>75,45</b>	<b>63.435.596</b>	<b>69,81</b>
Habitação	71.035.128	51,99	65.612.878	57,10	46.340.849	51
Empréstimos	22.426.958	16,41	21.084.471	18,35	17.094.747	18,81
<b>Total</b>	<b>136.643.567</b>	<b>100</b>	<b>126.576.442</b>	<b>100,00</b>	<b>90.871.657</b>	<b>100</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento**

Descrição	2010				2009			
	31 de março				31 de dezembro		31 de março	
	Setor público	Setor privado	Total	%	Total	%	Total	%
<b>Curto prazo</b>	<b>2.535.417</b>	<b>34.561.160</b>	<b>37.096.577</b>	<b>27,15</b>	<b>35.102.468</b>	<b>27,73</b>	<b>25.610.287</b>	<b>28,18</b>
De 0 a 90 dias	665.056	13.085.830	13.750.886	10,06	13.199.103	10,43	9.872.357	10,86
De 91 a 360 dias	1.870.361	21.475.330	23.345.691	17,09	21.903.365	17,3	15.737.930	17,32
<b>Longo prazo</b>	<b>9.295.219</b>	<b>87.221.441</b>	<b>96.516.660</b>	<b>70,63</b>	<b>88.635.763</b>	<b>70,03</b>	<b>62.937.272</b>	<b>69,26</b>
De 1 ano até 3 anos	3.321.007	38.970.405	42.291.412	30,94	39.063.579	30,86	29.094.004	32,02
De 3 anos até 5 anos	1.177.185	24.535.753	25.712.938	18,82	24.452.890	19,32	17.189.234	18,92
De 5 anos até 15 anos	1.561.613	20.203.154	21.764.767	15,92	18.908.606	14,94	12.314.270	13,55
Mais de 15 anos	3.235.414	3.512.129	6.747.543	4,95	6.210.688	4,91	4.339.764	4,78
<b>Total normal</b>	<b>11.830.636</b>	<b>121.782.601</b>	<b>133.613.237</b>	<b>97,78</b>	<b>123.738.231</b>	<b>97,76</b>	<b>88.547.559</b>	<b>97,44</b>
<b>Total vencido</b>	<b>4.269</b>	<b>3.026.061</b>	<b>3.030.330</b>	<b>2,22</b>	<b>2.838.211</b>	<b>2,24</b>	<b>2.324.098</b>	<b>2,56</b>
<b>Total geral</b>	<b>11.834.905</b>	<b>124.808.662</b>	<b>136.643.567</b>	<b>100</b>	<b>126.576.442</b>	<b>100,00</b>	<b>90.871.657</b>	<b>100,00</b>

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 2.063.748 ( 2009 – R\$ 1.631.287), referente a “Outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 9 (c.1).

**(f) Rendas de operação de crédito**

Descrição	2010	2009	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	2.396.738	2.319.752	1.933.303
Financiamentos imobiliários	1.611.356	1.460.477	1.275.837
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	171.628	151.298	123.259
Outros créditos	2.199	2.256	2.015
<b>Total</b>	<b>4.181.921</b>	<b>3.933.783</b>	<b>3.334.414</b>

**(g) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa**

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
<b>Saldo inicial</b>	<b>8.980.076</b>	<b>7.001.125</b>	<b>7.001.125</b>
Provisão específica	8.408.422	6.365.842	6.365.842
Provisão adicional	571.654	635.283	635.283
Constituição	1.328.859	3.900.761	735.991
Reversão Provisão adicional (i)	(571.654)	-	-
Baixas	(38.322)	(579.980)	(11.339)
Transferência para prejuízo	(527.247)	(1.341.830)	(273.987)
<b>Saldo final</b>	<b>9.171.712</b>	<b>8.980.076</b>	<b>7.451.790</b>
Provisão específica	9.171.712	8.408.422	6.816.507
Provisão adicional	-	571.654	635.283

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(i) No 1º trimestre de 2010 foi revertida a provisã o adicional anteriormente, em função da melhora das condições macroeconômicas e do comportamento da inadimplência da carteira de crédito comercial da CAIXA.

**(h) Concentração dos principais devedores**

Descrição	2010		2009			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Principal devedor	3.615.043	2,64	3.613.751	3,13	3.605.934	3,96
10 maiores devedores	13.320.236	9,75	12.176.652	10,54	7.460.680	8,21
20 maiores devedores	16.516.261	12,08	15.119.922	13,09	9.508.797	10,46
50 maiores devedores	20.583.643	15,06	19.142.960	16,57	12.288.635	13,52
100 maiores devedores	23.284.001	17,04	21.814.456	18,88	13.879.277	15,27

**(i) Movimentação da carteira de renegociação**

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
<b>Operações Renegociadas</b>	<b>592.894</b>	<b>2.468.213</b>	<b>507.888</b>
Operações Comerciais	468.426	1.948.115	403.452
Operações Habitacionais	124.468	520.098	104.436
<b>Operações Recuperadas</b>	<b>130.906</b>	<b>632.317</b>	<b>148.111</b>
Operações Comerciais	50.252	301.267	73.439
Operações Habitacionais	80.654	331.050	74.672

## Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 31 de março de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total
A	96.652	17.418	170.331	23.620	6.860	314.881
B	96.980	9.739	236.290	17.583	3.026	363.618
C	75.364	8.079	426.063	32.698	3.683	545.887
D	79.735	18.772	100.369	48.841	18.607	266.324
E	70.157	20.343	100.335	-	7.899	198.734
F	117.512	34.699	167.848	-	3.825	323.884
G	310.966	85.513	244.194	-	8.239	648.912
H	1.450.746	1.057.506	3.817.297	149.707	34.216	6.509.472
<b>Subtotal</b>	<b>2.298.112</b>	<b>1.252.069</b>	<b>5.262.727</b>	<b>272.449</b>	<b>86.355</b>	<b>9.171.712</b>
Provisão Adicional (i)	-	-	-	-	-	-
<b>31 de março de 2010</b>	<b>2.298.112</b>	<b>1.252.069</b>	<b>5.262.727</b>	<b>272.449</b>	<b>86.355</b>	<b>9.171.712</b>
%	25,06	13,65	57,38	2,97	0,94	100,00
<b>31 de dezembro de 2009</b>	<b>2.582.369</b>	<b>1.346.679</b>	<b>4.687.865</b>	<b>238.027</b>	<b>125.136</b>	<b>8.980.076</b>
%	28,76	15	52,2	2,65	1,39	100,00
<b>31 de março de 2009</b>	<b>2.214.552</b>	<b>1.024.955</b>	<b>3.991.492</b>	<b>120.990</b>	<b>99.801</b>	<b>7.451.790</b>

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 86.355 (2009 – R\$ 99.801), referente à “provisão para outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 9(d).

(i) No 1º trimestre de 2010 foi revertida a provisão adicional anteriormente, em função da melhora das condições macroeconômicas e do comportamento da inadimplência da carteira de crédito comercial da CAIXA.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota - 9**      **Outros créditos**
**(a) Carteira de câmbio**

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
<b>Ativo - Outros créditos</b>	<b>22.651</b>	<b>0,00</b>	<b>3</b>
Câmbio comprado a liquidar - ME	13.090	-	1
Direitos sobre vendas de câmbio - MN	9.691	-	2
(-) Adiantamentos recebidos - MN	(130)	-	-
<b>Ativo circulante</b>	<b>22.651</b>	<b>0,00</b>	<b>3</b>
<b>Passivo - Outras obrigações</b>	<b>22.999</b>	<b>94</b>	<b>32</b>
Câmbio vendido a liquidar - ME	9.909	94	31
Obrigações por compras de câmbio - MN	13.090	-	1
<b>Passivo circulante</b>	<b>22.999</b>	<b>94</b>	<b>32</b>

**(a.1) Receitas e despesas com operações de câmbio**

Descrição	2010	2009	
	1º Trimestre	4º trimestre	1º Trimestre
<b>Receitas</b>	<b>30.072</b>	<b>15.661</b>	<b>16.413</b>
Disponibilidade em moeda estrangeira	30.072	15.661	16.413
<b>Despesas</b>	<b>(29.260)</b>	<b>(16.247)</b>	<b>(15.337)</b>
Despesas de variações e diferenças de taxas	(29.260)	(16.247)	(15.337)
<b>Resultado de câmbio</b>	<b>812</b>	<b>(586)</b>	<b>1.076</b>

**(b) Rendas a receber**

Descrição	2010		2009			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Dividendos e JCP a receber (i)	283.071	27,49	96.059	11,55	259.221	31,33
FGTS	215.975	20,97	197.454	23,74	175.246	21,18
Seguro-desemprego	69.191	6,72	55.733	6,70	15.101	1,83
Orçamento Geral da União	127.353	12,37	148.692	17,88	103.216	12,48
Convênios	27.610	2,68	25.049	3,01	25.509	3,08
INSS	43.208	4,20	45.615	5,48	51.877	6,27
FAR	13.955	1,36	13.997	1,68	-	-
Fundos de investimento	38.881	3,78	60.022	7,22	42.004	5,08
Bolsa Família	64.604	6,27	60.613	7,29	57.363	6,93
Bolsa Escola	8.744	0,85	9.021	1,08	-	-
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)	22.015	2,14	24.964	3,00	23.733	2,87
PIS	60.775	5,90	60.975	7,33	-	-
FIES	26.881	2,61	7.862	0,95	15.876	1,92
Outros	27.445	2,66	25.595	3,08	58.114	7,03
<b>Total</b>	<b>1.029.708</b>	<b>100,00</b>	<b>831.651</b>	<b>100,00</b>	<b>827.260</b>	<b>100,00</b>

(i) O saldo refere-se a dividendos e JCP da Caixa Seguros e do FND.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(c) Diversos**

Descrição	2010		2009			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Adiantamentos	358.702	2,09	196.968	1,12	313.304	1,98
Créditos tributários (Nota 21)	9.195.162	53,46	9.037.238	51,57	8.553.216	54,01
Devedores por depósitos em garantia (Nota 31 a i)	4.046.349	23,53	3.943.556	22,50	3.454.072	21,81
Impostos e contribuições a compensar	354.767	2,06	372.467	2,13	231.363	1,46
Pagamentos a ressarcir	48.654	0,28	93.144	0,53	21.287	0,13
Participações pagas antecipadamente	-	-	517.756	2,95	-	-
Outros créditos com características de concessão de crédito (c.1)	2.033.721	11,82	2.177.550	12,43	1.633.589	10,32
Outros créditos sem características de concessão de crédito (c.2)	127.528	0,74	106.066	0,61	317.107	2,00
Devedores diversos (c.3)	1.034.187	6,02	1.080.016	6,16	1.312.959	8,29
Provisão para perdas - Diversos (i)	(192.220)	-	(192.794)	-	(211.590)	-
<b>Total</b>	<b>17.006.850</b>	<b>100,00</b>	<b>17.331.967</b>	<b>100,00</b>	<b>15.625.307</b>	<b>100,00</b>

(i) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

**(c.1) Outros créditos com características de concessão de crédito**

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Devedores por compra de valores e bens	10.399	12.260	13.532
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	9.998	11.136	14.933
Cartão de crédito	1.996.088	2.111.921	1.494.433
Governo do Estado da Bahia – EMBASA	17.236	42.233	110.691
<b>Subtotal</b>	<b>2.033.721</b>	<b>2.177.550</b>	<b>1.633.589</b>
Créditos por avais e fianças honradas	30.026	27.930	28.256
<b>Total</b>	<b>2.063.747</b>	<b>2.205.480</b>	<b>1.661.845</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(c.2) Outros créditos sem características de concessão de crédito**

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA (i)	-	-	241.884
Cartão de crédito	53.610	46.143	49.505
SAÚDE CAIXA	(8.271)	(6.912)	23.975
Aquisição de Royalties e compensações FI	68.102	59.146	-
Outros	14.087	7.689	1.743
<b>Total</b>	<b>127.528</b>	<b>106.066</b>	<b>317.107</b>

(i) Antecipação de recursos de privatização ao Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA. Em 30.09.09 a operação por meio de contrato firmado entre as partes foi liquidada.

**(c.3) Devedores diversos**

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Valores a apropriar (iii)	715.912	743.053	718.736
Seguros a receber	102.692	110.929	122.106
Outros devedores	131.531	143.132	392.903
Créditos adquiridos	84.052	82.902	79.214
<b>Total</b>	<b>1.034.187</b>	<b>1.080.016</b>	<b>1.312.959</b>

(iii) Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza indicados na (Nota nº 19 (c.3)).

**(d) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa**

De acordo com a Carta-Circular do BACEN nº 3.048/2002, os títulos e créditos a receber estão classificados como “com característica de concessão de crédito” - R\$ 86.355 (2009 - R\$ 99.801) e “sem característica de concessão de crédito” - R\$ 0,00 (2009 - R\$ 241.884).

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
<b>Com característica de concessão de crédito</b>	<b>86.355</b>	<b>125.136</b>	<b>99.801</b>
. Cartão de crédito	77.788	112.812	80.054
. Governo do Estado da Bahia – EMBASA	1.724	4.223	11.069
. Créditos por avais e fianças honradas	3.986	3.895	4.166
. Devedores por compra de valores e bens	2.757	4.095	4.437
. Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	100	111	75
<b>Sem característica de concessão de crédito - COMPESA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>241.884</b>
<b>Total</b>	<b>86.355</b>	<b>125.136</b>	<b>341.685</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado**Nota - 10** Outros valores e bens

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Bens não de uso próprio (i)	711.481	719.501	759.581
. Imóveis patrimoniais não de uso	60.292	64.891	54.635
. Imóveis adjudicados/Arrematados	651.189	654.610	704.946
Despesas antecipadas (ii)	728.649	733.720	1.022.704
Material de consumo	25.957	29.021	19.382
<b>Total</b>	<b>1.466.087</b>	<b>1.482.242</b>	<b>1.801.667</b>

(i) Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA, que são submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

(ii) O montante relativo à "Despesas antecipadas", refere-se sobretudo a antecipação das contribuições ordinárias ao FGC.

**Nota - 11** Investimentos

(i) Caixa Participações S/A – CAIXAPAR

A Caixa Participações é subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, constituída no exercício de 2009 com a integralização de parte do capital social no montante de R\$ 1.250.000, por intermédio da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, convertida na Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 29 de janeiro de 2010 foi integralizada parcela adicional do capital da CAIXAPAR, autorizado pelo Conselho de Administração da CAIXA, conforme aprovação em ata nº 211, no valor de R\$ 1.185.218, sendo: R\$ 1.177.778 por meio da transferência de participações existentes na CAIXA e R\$ 7.440 em dividendos a receber, conforme demonstra quadro abaixo:

Descrição	Valor Integralizado
CAIXA SEGUROS	1.074.136
VISANET/CIELO	65.824
TECBAN	31.818
CIBRASEC	6.000
Dividendos	7.440
<b>Total</b>	<b>1.185.218</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

O quadro abaixo apresenta o valor do patrimônio líquido da CAIXAPAR:

Descrição	Participação CAIXA %	2010	2009	
		31 de março	31 de dezembro	31 de março
CAIXA PARTICIPAÇÕES	100	2.548.548	1.255.953	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>2.548.548</b>	<b>1.255.953</b>	<b>-</b>

Em 01 de dezembro de 2009, foi celebrado entre a Caixa Participações S/A e o Grupo Silvio Santos Participações Ltda contrato de compra e venda de ações para aquisição de 35,54% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., por intermédio da aquisição de 64.621.700 ações ordinárias, equivalentes a 49% do capital social votante e 24.712.286 ações preferenciais equivalentes 21,97% das ações preferenciais do referido banco. O processo de aquisição encontra-se em fase aprovação pelo Banco Central do Brasil.

(ii) Outros investimentos:

Descrição	Participação CAIXA %	2010	2009	
		31 de março	31 de dezembro	31 de março
CIP - Câmara Interbancária de Pagamento (i)	8,32	2.100	2.100	2.100
CIBRASEC - Cia Brasileira de Securitização (ii)	9,09	-	6.000	6.000
TECBAN - Tecnologia bancária (ii)	5,91	-	31.818	31.818
VISANET (ii)	1,14	-	65.824	65.824
BIAPE (iii)	15,44	1.237	1.233	8.623
Outros investimentos (i)	-	9.814	7.093	2.413
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>13.151</b>	<b>114.068</b>	<b>116.778</b>

(i) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição e submetidos a testes de redução ao valor recuperável

(ii) As participações foram transferidas para a Caixa Participações – CAIXAPAR

(iii) Investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

**Nota - 12 Imobilizado de uso**

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômico dos bens.

Descrição	2009		2010				
	31 de março	31 de dezembro	Adições	Baixas	Depreciação	31 de março	%
Imóveis de uso	964.158	909.102	2.623	(1.420)	(7.613)	902.692	50,00
- Edificações	687.249	626.651	2.623	(1.420)	(7.613)	620.241	35,35
- Terrenos	276.909	282.451	-	-	-	282.451	15,64
Imobilizações em curso	4.625	4.645	-	-	-	4.645	0,25
Instalações, móveis e equip. de uso	132.683	194.441	15.869	-	(11.693)	198.617	11,00
Sistema de comunicação	21.313	22.304	403	-	(1.128)	21.579	1,20
Sistema de processamento de dados	490.166	658.285	35.244	-	(62.876)	630.653	34,93
Sistema de transporte e segurança	37.522	51.147	3.769	-	(7.570)	47.346	2,62
<b>Total</b>	<b>1.650.467</b>	<b>1.839.924</b>	<b>57.908</b>	<b>(1.420)</b>	<b>(90.880)</b>	<b>1.805.532</b>	<b>100,00</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Em Dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R\$ 566.924 – Edificações; R\$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e sistema de segurança de 10 anos para 5 anos, conforme tabela abaixo:

	<b>Prazo</b>
Edificações	50 anos
Sistema de Segurança	5 anos
Sistema de Comunicação	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Móveis e Equipamentos	10 anos

Com o índice de imobilização apurado de 13,82%, a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

**Nota - 13 Intangível**

Em atendimento à Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos relativos a direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, saldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e projetos logiciais – Software, ambos registrados anteriormente no Ativo Diferido (Nota 14) foram transferidos para o Ativo Intangível. Para o item “aquisição de folha de pagamento” foi realizado o teste de redução ao valor recuperável pelo método do fluxo de caixa descontado

Descrição	2009		2010			
	31 de março	31 de dezembro	Adições	Valor recuperável de ativos	Amortizações	31 de março
Aquisição de folha de pagamento	475.987	765.347	64.701	-	(46.711)	783.337
Projetos logiciais - Software	4.184	19.556	7.413	-	(1.250)	25.719
<b>Total</b>	<b>480.171</b>	<b>784.903</b>	<b>72.114</b>	<b>-</b>	<b>(47.961)</b>	<b>809.056</b>

**Nota - 14 Diferido**

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes anteriores a edição dessa Resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização. Os valores de adições e baixas realizados após 30 de setembro de 2008, tiveram os seguintes procedimentos:

- Os gastos em imóveis de terceiros e as benfeitorias em imóveis próprios foram registrados em imobilizado de uso (Nota 12 - Edificações).
- Os gastos com projetos logiciais foram reclassificados para o ativo intangível (Nota 13).

Descrição	2009		2010		
	31 de março	31 de dezembro	Baixas	Amortizações	31 de março
Gastos em imóveis de terceiros	117.654	76.078	1.279	(12.769)	64.588
Gastos com projetos logiciais	71.932	50.838	-	(6.779)	44.059
Benfeitorias em imóveis próprios	52.376	34.820	-	(5.176)	29.644
<b>Total</b>	<b>241.962</b>	<b>161.736</b>	<b>1.279</b>	<b>(24.724)</b>	<b>138.291</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota - 15 Depósitos e captações no mercado aberto**
**a) Depósitos**

Descrição	2010		2009			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
<b>Depósitos à Vista</b>	<b>17.740.136</b>	<b>9,30</b>	<b>16.714.242</b>	<b>9,25</b>	<b>12.475.087</b>	<b>7,24</b>
Pessoas Físicas	7.424.110	3,89	6.248.121	3,46	4.774.983	2,77
Pessoas Jurídicas	8.008.579	4,20	7.774.612	4,30	5.845.658	3,39
Vinculados	891.279	0,47	830.224	0,46	757.349	0,44
Governo	967.180	0,51	1.335.344	0,74	769.267	0,45
Moedas Estrangeiras	0,00	0,00	4.793	0,00	4.336	0,00
Instituições do sistema Financeiro	15.041	0,01	14.870	0,01	13.306	0,01
Entidades públicas	404.524	0,21	472.634	0,26	286.090	0,17
Outros	29.423	0,02	33.644	0,02	24.097	0,01
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>111.340.597</b>	<b>58,38</b>	<b>108.709.642</b>	<b>60,17</b>	<b>95.844.136</b>	<b>55,65</b>
Pessoas Físicas	109.537.791	57,44	107.272.821	59,38	95.022.709	55,17
Pessoas Jurídicas	1.799.112	0,94	1.433.057	0,79	817.056	0,47
Vinculados	3.694	0,00	3.764	0,00	4.371	0,00
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>48.936</b>	<b>0,03</b>	<b>29.110</b>	<b>0,02</b>	<b>17.637</b>	<b>0,01</b>
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>48.883.637</b>	<b>25,63</b>	<b>43.788.754</b>	<b>24,24</b>	<b>53.306.047</b>	<b>30,95</b>
Depósitos a prazo em moeda nacional	24.994.646	13,11	22.945.396	12,70	20.671.244	12,00
Depósitos judiciais com remuneração	23.888.991	12,53	20.843.358	11,54	32.634.803	18,95
<b>Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas (f)</b>	<b>12.596.128</b>	<b>6,60</b>	<b>11.312.425</b>	<b>6,26</b>	<b>10.478.651</b>	<b>6,08</b>
<b>Outras captações</b>	<b>99.947</b>	<b>0,05</b>	<b>115.548</b>	<b>0,06</b>	<b>99.612</b>	<b>0,06</b>
<b>Total</b>	<b>190.709.381</b>	<b>100,00</b>	<b>180.669.721</b>	<b>100,00</b>	<b>172.221.170</b>	<b>100,00</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>190.617.898</b>	<b>-</b>	<b>180.537.890</b>	<b>-</b>	<b>172.144.124</b>	<b>-</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>91.483</b>	<b>-</b>	<b>131.831</b>	<b>-</b>	<b>77.046</b>	<b>-</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	2010						2009	
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Depósitos à Vista	17.740.136	-	-	-	-	17.740.136	16.714.242	12.475.087
Depósitos de Poupança	111.340.597	-	-	-	-	111.340.597	108.709.642	95.844.136
Depósitos Interfinanceiros	-	28.889	-	20.047	-	48.936	29.110	17.637
Depósitos a prazo	23.888.991	1.075.036	4.516.288	9.020.882	10.382.440	48.883.637	43.788.754	53.306.047
Depósitos Judiciais	23.888.991	-	-	-	-	23.888.991	20.843.358	32.634.803
Aplicações	-	1.075.036	4.516.288	9.020.882	10.382.440	24.994.646	22.945.396	20.671.244
Depósitos especiais e de fundos e programas	12.596.128	-	-	-	-	12.596.128	11.312.425	10.478.651
Outras captações	99.947	-	-	-	-	99.947	115.548	99.612
<b>Total</b>	<b>165.665.799</b>	<b>1.103.925</b>	<b>4.516.288</b>	<b>9.040.929</b>	<b>10.382.440</b>	<b>190.709.381</b>	<b>180.669.721</b>	<b>172.221.170</b>
%	<b>86,87</b>	<b>0,58</b>	<b>2,37</b>	<b>4,74</b>	<b>5,44</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(c) Despesas de captações com depósitos**

Descrição	2010		2009	
	1º Trimestre	4º trimestre	1º Trimestre	
Depósitos de Poupança	(1.641.402)	(1.573.322)	(1.707.807)	
Depósitos Interfinanceiros	(620)	(578)	(574)	
Depósitos a prazo CDB/RDB	(467.718)	(457.265)	(552.041)	
Depósitos judiciais	(231.044)	(214.702)	(316.148)	
Depósitos especiais e de fundos e programas (f.1)	(264.828)	(231.272)	(300.621)	
Outras captações	(132.356)	(97.291)	(74.852)	
<b>Total</b>	<b>(2.737.968)</b>	<b>(2.574.430)</b>	<b>(2.952.043)</b>	

**(d) Captações no mercado aberto**

As captações no mercado aberto no montante de R\$ 67.042.665 (2009 - R\$ 59.936.529), estão garantidas por títulos do Governo Federal e têm suas operações realizadas no curto prazo.

Descrição	2010		2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março	
<b>Carteira Própria</b>	<b>28.642.316</b>	<b>35.700.150</b>	<b>23.339.014</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	5.947.183	6.963.102	21.633.169	
Letras do Tesouro Nacional	8.983.403	14.062.764	1.705.845	
Notas do Tesouro Nacional	13.711.730	14.674.284	-	
<b>Carteira de Terceiros</b>	<b>38.400.349</b>	<b>29.336.031</b>	<b>36.597.515</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	12.074.681	5.279.745	5.808.244	
Letras do Tesouro Nacional	7.221.649	5.247.537	17.741.675	
Notas do Tesouro Nacional	19.104.019	18.808.749	13.047.596	
<b>Total</b>	<b>67.042.665</b>	<b>65.036.181</b>	<b>59.936.529</b>	
<b>Passivo circulante</b>	<b>67.042.665</b>	<b>65.036.181</b>	<b>59.936.529</b>	
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

**(e) Despesas de Captações no mercado aberto**

Descrição	2010		2009	
	1º Trimestre	4º trimestre	1º Trimestre	
Carteira Própria	(569.028)	(588.067)	(691.351)	
Carteira de Terceiros	(867.814)	(885.291)	(1.022.552)	
<b>Total</b>	<b>(1.436.842)</b>	<b>(1.473.358)</b>	<b>(1.713.903)</b>	

**(f) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas**

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas. Os depósitos do FGTS são atualizados pela taxa SELIC, conforme Resoluções do Conselho Curador do FGTS nºs 279 e 295/1998. Os depósitos especiais que possuem remuneração (FAS, FISANE e PRODEC) são atualizados pela TR. Os depósitos do PIS são atualizados com base em taxa calculada pelo BACEN. A seguir, descrevemos a remuneração dos depósitos especiais e de fundos e programas (f.1):

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	2010		2009			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Depósitos - FGTS	5.641.726	44,79	4.359.428	38,54	3.761.867	35,90
Depósitos - Especiais com remuneração	1.483.492	11,78	1.474.918	13,25	1.383.097	13,20
Depósitos - FAT (f.2)	3.622.066	28,76	3.880.478	34,31	4.023.853	38,40
Depósitos - FISANE	6.620	0,05	6.519	0,06	5.549	0,05
Depósitos - PRODEC	39.619	0,31	38.995	0,34	37.258	0,36
Depósitos - PIS	280.724	2,23	106.788	0,94	87.498	0,84
Depósitos - FIEL	54.846	0,44	54.291	0,48	51.687	0,49
Depósitos - FGS	71.621	0,57	135.467	1,20	134.085	1,28
Depósitos - FAR	351.777	2,79	56.997	0,50	173.349	1,65
Depósitos - FDS	352.555	2,80	350.744	3,10	134.254	1,28
Depósitos - Profrota pesqueira	46.788	0,37	45.860	0,41	42.932	0,41
Depósitos - FAS	1.163	0,01	4.646	0,04	11.485	0,11
Depósitos - PREVHAB	379.313	3,01	371.964	3,29	523.202	4,99
Saúde CAIXA	102.058	0,81	98.266	0,87	77.562	0,74
Outros	161.760	1,28	327.064	2,68	30.973	0,30
<b>Total</b>	<b>12.596.128</b>	<b>100,00</b>	<b>11.312.425</b>	<b>100,00</b>	<b>10.478.651</b>	<b>100,00</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>12.596.128</b>	-	<b>11.312.425</b>	-	<b>10.478.651</b>	-
<b>Passivo não circulante</b>	-	-	-	-	-	-

**(f.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas**

Descrição	Taxa de Remuneração	2010	2009	
		1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Depósitos - FGTS	Selic	(127.078)	(121.550)	(169.274)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(75.445)	(57.923)	(68.414)
Depósitos - FISANE	TR	(101)	(98)	(92)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(631)	(663)	(530)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(14.360)	(14.013)	(26.140)
Depósitos - FIEL	TRPRE + Juros 0,50% a.m.	(544)	(835)	(956)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/Extra mercado	(2.176)	(2.274)	(3.825)
Depósitos - FAR	selic	(6.481)	(1.840)	(5.439)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	-	(3.084)	(4.187)
Depósitos - Profrota pesqueira	Selic fator dia	-	(941)	(1.210)
Depósitos - FAS	TR	-	(2)	(41)
Depósitos - PREVHAB	selic	(8.402)	(8.546)	(14.635)
Depósitos - Caução	TR	(6.130)	(5.993)	-
Outros	-	(23.480)	(13.510)	(5.878)
<b>Total</b>	-	<b>(264.828)</b>	<b>(231.272)</b>	<b>(300.621)</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (f.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

Descrição	TADE	Forma	Data	Data Final	2010			2009					
					31 de março			31 de dezembro			31 de março		
					Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL
<b>Programas</b>					<b>93.064</b>	<b>3.275.181</b>	<b>3.368.245</b>	<b>223.468</b>	<b>3.342.856</b>	<b>3.566.323</b>	<b>509.869</b>	<b>3.189.454</b>	<b>3.699.323</b>
<b>Proger urbano</b>				-	<b>82.302</b>	<b>2.355.477</b>	<b>2.437.779</b>	<b>178.762</b>	<b>2.401.172</b>	<b>2.579.934</b>	<b>484.551</b>	<b>2.122.497</b>	<b>2.607.048</b>
Investimento	08/2005	RA	10/10/2005	-	76.165	2.331.961	2.408.126	166.122	2.372.349	2.538.471	447.566	2.080.473	2.528.039
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	3.280	13.106	16.386	5.576	16.390	21.967	18.722	23.378	42.100
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	53	53	1	84	85	120	87	207
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	2.857	10.357	13.214	7.062	12.349	19.411	18.143	18.559	36.702
<b>FAT - habitação</b>	05/2007	SD	09/11/2007	-	3.463	78.521	81.984	35.317	88.305	123.622	22.515	181.467	203.983
<b>FAT infra estrutura</b>				-	3.009	823.090	826.099	2.160	837.090	839.250	2.065	876.623	878.688
Infra estrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	3.009	823.090	826.099	2.160	837.090	839.250	2.065	876.623	878.688
<b>FAT - PNMP</b>				-	4.290	18.093	22.383	7.230	16.289	23.518	737	8.867	9.604
FAT - microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	4.290	18.093	22.383	7.230	16.289	23.518	737	8.867	9.604
<b>Linhas de crédito especiais</b>					<b>73.644</b>	<b>180.177</b>	<b>253.821</b>	<b>103.752</b>	<b>210.403</b>	<b>314.155</b>	<b>58.376</b>	<b>266.154</b>	<b>324.530</b>
<b>FAT - inclusão digital</b>	12/2005	RA	10/10/2005	07/01/2010	-	-	-	2	567	569	396	592	988
<b>FAT - vila panamericana</b>	01/2005	SD	09/12/2005	-	65	109.962	110.027	651	135.150	135.801	-	144.856	144.856
<b>FAT - material de construção</b>	03/2006	RA	10/02/2006	-	19.786	5.803	25.589	6.680	27.362	34.042	8.425	56.085	64.510
<b>FAT - giro setorial</b>				-	3.419	64.404	67.823	46.054	47.324	93.378	49.555	64.620	114.176
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	1.560	40.240	41.800	33.691	30.862	64.553	33.722	43.390	77.112
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	1.859	24.164	26.023	12.363	16.462	28.825	15.833	21.230	37.064
<b>FAT - moto-frete</b>	01/	RA	10/03/2010	13/04/2010	50.374	8	50.382	50.364	-	50.364	-	-	-
<b>Total</b>					<b>166.708</b>	<b>3.455.359</b>	<b>3.622.066</b>	<b>327.219</b>	<b>3.553.259</b>	<b>3.880.478</b>	<b>568.245</b>	<b>3.455.608</b>	<b>4.023.853</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro acima.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis, são remunerados, pro rata die, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pela Resolução Codefal n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

**Nota - 16 Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário**

Papel	Indexador	2010				2009		
		Prazo mínimo de resgate				31 de março	31 de dezembro	31 de março
		3 meses	12 meses	3 anos	5 anos			
LH	IGP-M	-	10.721	-	451.572	462.293	461.613	453.803
LH	INPC	-	-	-	9.490	9.490	10.072	9.035
LH	TR	-	-	-	40.043	40.043	41.843	96.546
LCI	IGP-M	-	28.935	7.487	6.710	43.132	42.014	42.347
LCI	INPC	-	-	33.719	-	33.719	33.043	32.111
LCI	TR	33.708	2.165.526	909.681	-	3.108.915	1.886.856	636.168
<b>Total</b>		<b>33.708</b>	<b>2.205.182</b>	<b>950.887</b>	<b>507.815</b>	<b>3.697.592</b>	<b>2.475.441</b>	<b>1.270.010</b>
<b>Passivo circulante</b>						<b>2.238.890</b>	<b>1.897.033</b>	<b>636.119</b>
<b>Passivo não circulante</b>						<b>1.458.702</b>	<b>578.408</b>	<b>633.891</b>

Sobre os recursos de letras hipotecárias e de crédito imobiliário incidem encargos financeiros equivalentes à Taxa Referencial (TR), IGP-M ou INPC.

As emissões de LCI em TR incluindo todas as operações originais com *swap* têm juros médios de 86,20% do CDI e têm prazo mínimo de resgate de três meses.

As emissões de LH em IGP-M, INPC e TR são acrescidas de juros médios de 10,99%, 11,20% e 6,14% ao ano, respectivamente, sem resgate.

As emissões de LCIs indexadas ao IGP-M e INPC são acrescidas de juros médios de 10,98% e 11,00% ao ano, respectivamente, sem resgate.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota - 17 Obrigações por empréstimos**

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 3,00% ao ano e a variação cambial da moeda a que estão vinculados. Substancialmente, nossas operações estão atreladas a dólares norte-americanos, com vencimentos até 2013, cujo saldo em 31 de março de 2010, monta a R\$ 8.716 (2009 - R\$ 15.474).

**Nota - 18 Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais**

Compostas, principalmente por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infra-estrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitas à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
FGTS	40.857.611	37.857.482	28.844.026
BNDES	2.822.917	2.467.753	1.726.210
Tesouro Nacional - PIS	399.851	567.701	569.469
Outras instituições	216.722	217.044	207.083
<b>Total</b>	<b>44.297.102</b>	<b>41.109.980</b>	<b>31.346.788</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>433.163</b>	-	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>43.863.939</b>	<b>41.109.980</b>	<b>31.346.788</b>

**(a) Despesas com obrigações por repasses do País - Instituições oficiais**

Descrição	2010		2009
	1º Trimestre	4º trimestre	1º Trimestre
FGTS	(727.118)	(675.523)	(650.347)
BNDES	(61.936)	(31.950)	(17.804)
Tesouro Nacional - PIS	(7.519)	(8.817)	(8.669)
Outras instituições	(18.234)	(7.509)	(21.214)
<b>Total</b>	<b>(814.807)</b>	<b>(723.799)</b>	<b>(698.034)</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota - 19** Outras obrigações

**(a)** Fiscais e previdenciárias

Descrição	2010		2009			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
<b>Impostos e contribuições sobre lucros a pagar</b>	<b>110.346</b>	<b>8,83</b>	<b>78.336</b>	<b>6,64</b>	<b>93.414</b>	<b>4,71</b>
Imposto de Renda	11.216	0,90	-	-	8.893	0,45
Contribuição Social	5.753	0,46	-	-	3.772	0,19
COFINS	80.431	6,43	67.498	5,72	69.553	3,52
PASEP	12.946	1,04	10.838	0,92	11.196	0,55
<b>Impostos e contribuições a recolher</b>	<b>342.437</b>	<b>27,40</b>	<b>337.343</b>	<b>28,60</b>	<b>320.033</b>	<b>16,18</b>
Sobre salários	215.742	17,26	204.177	17,31	201.707	10,20
Sobre serviços	126.695	10,14	133.166	11,29	118.326	5,98
<b>Impostos e contribuições diferidos</b>	<b>263.939</b>	<b>21,11</b>	<b>273.835</b>	<b>23,22</b>	<b>419.166</b>	<b>21,19</b>
IR sobre reserva de reavaliação - Edificações	131.278	10,50	132.853	11,27	138.746	7,01
CS sobre reserva de reavaliação - Edificações	78.767	6,30	79.712	6,76	83.248	4,21
IR sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	16.288	1,30	14.918	1,26	4.654	0,24
CS sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	9.773	0,78	8.951	0,76	2.792	0,14
IR sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos para negociação	1.790	0,14	4.442	0,38	109.363	5,53
CS sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos para negociação	1.073	0,09	2.665	0,23	65.618	3,32
Contratos futuros	-	-	5.848	0,50	156	0,01
PASEP	24.970	2,00	24.446	2,06	14.589	0,73
<b>Provisão para riscos fiscais (Nota nº 31 (a))</b>	<b>533.261</b>	<b>42,66</b>	<b>489.826</b>	<b>41,53</b>	<b>1.145.840</b>	<b>57,92</b>
PASEP	-	-	-	-	687.966	34,77
INSS	256.088	20,49	240.331	20,38	224.711	11,36
ISS	134.480	10,76	109.926	9,32	97.516	4,93
IRPJ/CSLL	118.060	9,44	116.499	9,88	111.360	5,63
Outros	24.633	1,97	23.070	1,95	24.287	1,23
<b>Total</b>	<b>1.249.983</b>	<b>100,00</b>	<b>1.179.340</b>	<b>100,00</b>	<b>1.978.453</b>	<b>100,00</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.039.938</b>	-	<b>966.775</b>	-	<b>1.756.459</b>	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>210.045</b>	-	<b>212.565</b>	-	<b>221.994</b>	-

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(b) Recursos para destinação específica**

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela Instituição e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela Instituição.

Descrição	2010		2009			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
<b>Obrigações de operações com loterias</b>	<b>414.859</b>	<b>10,75</b>	<b>767.888</b>	<b>18,68</b>	<b>324.223</b>	<b>8,89</b>
<b>Obrigações por fundos e programas sociais</b>	<b>2.387.034</b>	<b>61,83</b>	<b>2.392.444</b>	<b>58,21</b>	<b>2.129.962</b>	<b>58,42</b>
FGTS	1.687.259	43,70	1.600.864	38,95	1.417.646	38,88
FIES	17.519	0,45	17.067	0,42	19.086	0,52
Bolsa Família	93.499	2,42	80.268	1,95	224.770	6,17
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	362.358	9,39	373.906	9,10	338.105	9,27
PRONASCI	28.012	0,73	76.143	1,85	29.992	0,82
PRODEC	18.600	0,48	18.300	0,45	18.075	0,50
Outros fundos e programas	179.787	4,66	225.896	5,50	82.288	2,26
<b>Obrigações por fundos financeiros de desenvolvimento</b>	<b>1.058.771</b>	<b>27,42</b>	<b>949.679</b>	<b>23,11</b>	<b>1.191.673</b>	<b>32,69</b>
PIS	717.433	18,58	648.696	15,78	959.072	26,31
FAT	339.997	8,81	299.663	7,29	225.159	6,18
Outros	1.341	0,03	1.320	0,04	7.442	0,20
<b>Total</b>	<b>3.860.664</b>	<b>100,00</b>	<b>4.110.011</b>	<b>100,00</b>	<b>3.645.858</b>	<b>100,00</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>3.860.664</b>	<b>100,00</b>	<b>4.110.011</b>	<b>100,00</b>	<b>3.645.858</b>	<b>100,00</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>		<b>-</b>		<b>-</b>	

**(c) Diversas**

Descrição	2010		2009			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Obrigações por contribuições ao SFH	113.222	0,57	112.877	0,6	111.795	0,67
Obrigações por convênios oficiais	234.760	1,19	219.651	1,1	259.679	1,56
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	52.104	0,26	72.056	0,4	-	-
Provisão para pagamentos a efetuar (c.1)	7.317.873	37,1	7.155.635	37	6.575.759	39,46
Provisão para passivos contingentes (c.2)	6.263.893	31,8	5.959.990	31	5.194.517	31,17
Crédito imobiliário	393.653	2	350.455	1,8	247.498	1,49
Recursos vinculados a operações de crédito (i)	173.511	0,88	158.132	0,8	70.194	0,42
Recursos do FGTS para amortizações	60.566	0,31	49.931	0,3	34.353	0,21
Credores diversos - Exterior	59	0	4	0	214	0
Credores diversos - País (c.3)	5.112.495	25,9	5.143.637	27	4.169.043	25,02
<b>Total</b>	<b>19.722.136</b>	<b>100</b>	<b>19.222.368</b>	<b>100</b>	<b>16.663.052</b>	<b>100</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>19.722.136</b>	<b>-</b>	<b>19.222.368</b>	<b>-</b>	<b>16.663.052</b>	<b>-</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(c.1) Provisão para pagamentos a efetuar**

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
<b>Despesas de pessoal</b>	<b>1.347.008</b>	<b>1.295.169</b>	<b>1.184.931</b>
<b>Benefícios pós-emprego - NPC 26 (Nota nº 33(g))</b>	<b>5.624.649</b>	<b>5.534.092</b>	<b>5.122.166</b>
SAÚDE CAIXA	4.873.719	4.766.048	4.367.600
Auxílio e cesta alimentação	708.110	725.420	711.518
PREVHAB	42.820	42.624	43.048
<b>Outros pagamentos</b>	<b>346.216</b>	<b>326.374</b>	<b>268.662</b>
<b>Total</b>	<b>7.317.873</b>	<b>7.155.635</b>	<b>6.575.759</b>

**(c.2) Provisão para passivos contingentes**

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
<b>Provisão para contingências (Nota nº 31)</b>	<b>6.263.893</b>	<b>5.959.990</b>	<b>5.194.517</b>
Trabalhistas	2.590.753	2.426.990	1.974.237
Ações judiciais cíveis	3.325.419	3.173.779	3.055.593
Outras	347.721	359.221	164.687
<b>Total</b>	<b>6.263.893</b>	<b>5.959.990</b>	<b>5.194.517</b>

**(c.3) Credores diversos – País**

Descrição	2009	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Cartões de crédito	2.005.043	2.118.344	1.512.513
Contas a pagar	391.911	502.068	399.162
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (ii)	306.024	308.979	290.565
Créditos adquiridos	407.780	405.547	400.320
Valores a apropriar (Nota nº 09(c.3))	909.700	930.068	602.241
Outros credores diversos	1.092.037	878.631	964.242
<b>Total</b>	<b>5.112.495</b>	<b>5.143.637</b>	<b>4.169.043</b>

**(i) Recursos vinculados a operações de crédito**

Referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

**(ii) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)**

Referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado**(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital**

Nos termos da Resolução do CMN nº 2.837/2001, foi convertida, em 11 de outubro de 2005, parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS em dívida subordinada, utilizado no cálculo dos limites de Basileia. Essa operação foi aprovada pelo BACEN em outubro de 2005 e apresenta o montante de R\$ 4.827.885 (2009 – R\$ 4.519.071). O início do retorno da dívida ora contratada será a partir de 20 de março de 2013. O prazo de carência de 88 meses para pagamento da dívida subordinada se estenderá até 20 de fevereiro de 2013 e será automaticamente prorrogado em caso de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, a partir de 20 de março de 2013, ou no caso de o próprio pagamento gerar desenquadramento. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento, incidirão atualização monetária e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa de 6,125%, correspondente à taxa efetiva de 6,300% ao ano, que equivalem à taxa média contemplada nos contratos vigentes.

**(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital**

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução do CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular, celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar elegíveis ao nível II de capital os recursos ora contratados. A dívida não possui data de vencimento e mensalmente são incorporados ao saldo devedor e pagos anualmente de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009 por meio da medida provisória nº 470 uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre do corrente ano houve a liberação de R\$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Segue abaixo quadro contendo os valores, atualizações monetárias e juros dos créditos concedidos:

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Medida provisória 347/2007	5.200.000	5.200.000	5.200.000
Medida provisória 470/2009	5.999.999	2.000.400	-
Atual. Monet. e juros – Med. Prov. nº 347/07	946.978	730.295	651.661
Atual. Monet. e juros – Med. Prov. nº 470/09	196.447	36.151	-
<b>Total</b>	<b>12.343.424</b>	<b>7.966.846</b>	<b>5.851.661</b>

**Nota - 20 Patrimônio líquido****(a) Capital social**

Conforme o Decreto nº 6.473 de 05 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, em seu art. 6º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 13.562.433 e em seu art. 7º foi aprovado o Capital Social no montante de R\$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

O montante de R\$ 2.384.683 de aumento de capital em andamento, aprovado pelo Conselho de Administração, foi encaminhado para autorização pelo Ministro da Fazenda.

**(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução do CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basiléia)**

Conforme determinações da Resolução do CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 18,12% (Nota 34 b), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

**(c) Reservas de capital e de lucros**

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias e reserva de margem operacional.

**(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673/1998, de no mínimo, 25%.

**Nota - 21 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)****(a) Créditos tributários**

A rubrica "Créditos tributários" possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº. 2.158-35/2001;
- Créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e;
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%;
- Créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações de mercado futuro.

O crédito tributário constituído é de R\$ 9.566.460 (2009 - R\$ 9.051.430) para o IRPJ e de R\$ 4.985.115 (2009 - R\$ 4.655.488) para a CSLL, R\$ 17 PASEP e R\$ 105 para COFINS, totalizando o montante de R\$ 14.551.698 (2009 - R\$ 13.706.918), com provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 5.356.536 (2009 - R\$ 5.153.702), resultando em um total de créditos tributários líquidos de provisão de R\$ 9.195.162 (2009 - R\$ 8.553.216).

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(b) Origem dos créditos tributários**

Descrição	2010		2009			
	31 de março		31 de dezembro		31 de março	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.648.519	1.444.568	2.595.874	1.373.075	2.196.065	1.113.667
Provisão SFH	804.833	482.900	812.649	487.590	862.330	517.398
Provisão para contingências	1.669.774	1.001.864	1.582.881	949.728	1.556.830	934.098
Outros	827.122	407.093	787.043	381.978	813.833	400.094
Provisão SAÚDE CAIXA - NPC 26	1.218.430	731.058	1.191.512	714.907	1.091.900	655.140
Ajuste a Valor de Mercado	131.657	78.994	146.795	88.077	218.988	131.393
<b>Subtotal das diferenças temporárias</b>	<b>7.300.334</b>	<b>4.146.477</b>	<b>7.116.754</b>	<b>3.995.355</b>	<b>6.739.945</b>	<b>3.769.789</b>
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	-	2.973.570	-
Baixas até o período	(707.444)	-	(686.537)	-	(662.085)	-
Base negativa até 2000	-	701.139	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(286.479)	-	(273.639)	-	(258.796)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(200.536)	-	(191.547)	-	(181.157)
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>9.566.460</b>	<b>4.985.115</b>	<b>9.403.787</b>	<b>4.855.822</b>	<b>9.051.430</b>	<b>4.655.489</b>
	<b>PASEP</b>	<b>COFINS</b>	<b>PASEP</b>	<b>COFINS</b>	<b>PASEP</b>	<b>COFINS</b>
<b>Ajustes Negativos de operações em mercados futuros</b>	<b>17</b>	<b>105</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total dos créditos tributários PASEP / COFINS</b>	<b>17</b>	<b>105</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**(c) Movimentação do crédito tributário**

Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
<b>Saldo em 31.12.2009</b>	<b>14.259.609</b>	<b>(5.222.371)</b>	<b>9.037.238</b>
Constituição no Período	200.537	-	200.537
Reversão de Provisão	134.165	(134.165)	-
Constituição PASEP/COFINS	123	-	123
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(20.908)	-	(20.908)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(12.840)	-	(12.840)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(8.988)	-	(8.988)
Reversão de Crédito de Prejuízo Fiscal	-	-	-
<b>Saldo em 31.03.2010</b>	<b>14.551.698</b>	<b>(5.356.536)</b>	<b>9.195.162</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

Descrição	2010		2009			
	31 de março		31 de dezembro		31 de março	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado Antes dos Tributos e Participações</b>	<b>723.898</b>	<b>723.898</b>	<b>2.750.035</b>	<b>2.750.035</b>	<b>396.991</b>	<b>396.991</b>
Ajuste de tributos diferidos	12.346	12.346	-	-		
<b>Resultado após ajustes</b>	<b>736.244</b>	<b>736.244</b>	<b>2.750.035</b>	<b>2.750.035</b>	<b>396.991</b>	<b>396.991</b>
<b>Encargo total do IRPJ (25%) E CSLL (15%)</b>	<b>(184.055)</b>	<b>(110.437)</b>	<b>(687.485)</b>	<b>(412.505)</b>	<b>(99.248)</b>	<b>(59.549)</b>
Efeitos tributários das adições e exclusões	54.214	31.543	267.715	159.134	<b>(5.273)</b>	<b>(4.089)</b>
Juros sobre o capital próprio	47.242	28.345	156.892	94.135	31.683	19.010
Participações dos empregados nos lucros	12.913	7.748	112.497	67.498	3.944	2.366
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	20.908	21.828	45.122	46.786	20.670	21.553
Incentivo Fiscal	3.003		5.689	-	2.173	
Reserva de Reavaliação	2.980	1.788	9.321	5.593	1.678	1.007
<b>Despesa corrente</b>	<b>(42.796)</b>	<b>(19.184)</b>	<b>(90.249)</b>	<b>(39.359)</b>	<b>(44.373)</b>	<b>(19.702)</b>
<b>Despesa diferida/Marcação a mercado</b>	<b>5.927</b>	<b>3.556</b>	<b>7.920</b>	<b>4.752</b>	<b>(93.824)</b>	<b>(56.294)</b>
<b>Despesa total</b>	<b>(36.869)</b>	<b>(15.628)</b>	<b>(82.329)</b>	<b>(34.606)</b>	<b>(138.197)</b>	<b>(75.996)</b>

**Nota - 22 Receitas de intermediação financeira**

Descrição	2010	2009	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Operações compromissadas	1.089.840	975.510	1.388.202
Empréstimos e financiamentos com clientes	4.182.732	3.933.782	3.335.490
Ativos financeiros disponíveis para venda	67.547	42.174	39.502
Instrumentos financeiros derivativos	(42.105)	(12.013)	(378.766)
Ativos financeiros mantidos para negociação	691.180	828.612	1.321.601
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.255.799	2.084.191	2.414.355
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	364.909	340.818	338.569
Juros de ativos financeiros – FCVS	407.788	397.100	469.308
Outras	6.784	8.078	79.103
<b>Total</b>	<b>9.024.474</b>	<b>8.598.252</b>	<b>9.007.364</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota - 23 Despesas de intermediação financeira**

Descrição	2010	2009	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Operações com instituições financeiras	(620)	(577)	(574)
Outros depósitos especiais e fundos e programas	(264.828)	(231.272)	(300.621)
Operações compromissadas	(1.436.842)	(1.473.358)	(1.713.903)
Empréstimos, cessões e repasses	(814.806)	(723.799)	(698.034)
Operações com clientes	(2.472.520)	(2.343.167)	(2.650.848)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(757.206)	(1.016.957)	(735.991)
Reversões de Provisões para créditos de liquidação duvidosa	38.322	226.339	11.339
<b>Total</b>	<b>(5.708.500)</b>	<b>(5.562.791)</b>	<b>(6.088.632)</b>

**Nota - 24 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias**

Descrição	2010	2009	
	31 de março	4º Trimestre	31 de março
Administração do FGTS	587.850	565.876	520.380
Administração do FCVS	33.242	22.493	23.522
Administração do PIS	8.906	13.855	9.108
Administração das loterias	184.633	210.237	142.861
Administração do FIES	23.730	25.934	29.519
Administração FAR	-	7.048	17.910
Seguro-Desemprego	13.459	11.855	14.585
Orçamento Geral da União (OGU)	30.179	23.103	5.972
Bolsa Família	63.617	59.244	56.511
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	12.354	14.547	12.831
Administração de fundos de investimento	236.947	252.864	231.947
Tarifas de convênios	296.164	272.787	276.908
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	21.695	21.119	27.950
TAC	86.166	91.636	79.489
Cartão de crédito	131.327	131.793	44.000
Cobrança de títulos	100.549	101.154	84.822
EMGEA – Administração de Contratos	62.376	66.699	67.435
Taxa de risco – Agente financeiro	48.611	47.417	34.778
Outros serviços	262.692	234.389	75.589
<b>Subtotal</b>	<b>2.204.498</b>	<b>2.174.050</b>	<b>1.756.117</b>
<b>Rendas de tarifas bancárias</b>	<b>219.321</b>	<b>214.968</b>	<b>169.816</b>
Pessoa Física	181.847	175.567	138.057
Pessoa Jurídica	37.474	39.401	31.759
<b>Total de prestação de serviços e tarifas bancárias</b>	<b>2.423.819</b>	<b>2.389.018</b>	<b>1.925.933</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota 25 Despesas com pessoal**

Descrição	2010	2009	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
<b>Despesas com pessoal</b>			
<b>Proventos</b>	<b>(1.491.017)</b>	<b>(1.600.942)</b>	<b>(1.336.665)</b>
Salários e proventos	(1.385.101)	(1.488.753)	(1.230.452)
Indenizações trabalhistas	(105.916)	(112.189)	(106.213)
<b>Benefícios</b>	<b>(262.462)</b>	<b>(361.780)</b>	<b>(273.068)</b>
<b>Encargos sociais:</b>	<b>(549.477)</b>	<b>(531.176)</b>	<b>(483.785)</b>
FGTS	(105.374)	(104.314)	(94.308)
Previdência social	(325.668)	(339.206)	(303.059)
Previdência complementar	(87.350)	(86.567)	(85.355)
Outros	(31.085)	(1.089)	(1.063)
<b>Outros</b>	<b>(31.002)</b>	<b>(48.424)</b>	<b>(33.457)</b>
<b>Total</b>	<b>(2.333.958)</b>	<b>(2.542.322)</b>	<b>(2.126.975)</b>

**Nota 26 Despesas administrativas**

Descrição	2010	2009	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
<b>Despesas administrativas</b>			
Comunicações	(85.152)	(141.499)	(97.547)
Manutenção e conservação de bens	(129.475)	(136.124)	(87.762)
Água e energia	(52.392)	(66.409)	(43.345)
Aluguéis e arrendamento de bens	(163.748)	(160.192)	(152.515)
Despesas de material	(24.558)	(26.746)	(24.226)
Processamento de dados	(176.903)	(237.105)	(192.905)
Promoções e relações públicas	(32.840)	(46.554)	(25.867)
Propaganda e publicidade	(68.168)	(93.114)	(69.914)
Serviços do sistema financeiro	(56.282)	(55.917)	(50.944)
Serviços de terceiros	(159.545)	(182.574)	(136.578)
Serviços especializados	(66.190)	(70.491)	(47.095)
Serviços de vigilância e segurança	(113.671)	(111.345)	(99.764)
Depreciação e amortização	(163.566)	(179.142)	(135.134)
Outras administrativas	(50.534)	(54.119)	(49.173)
<b>Total</b>	<b>(1.343.025)</b>	<b>(1.561.331)</b>	<b>(1.212.769)</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota 27** Composição das contas “outras receitas operacionais”

Descrição	2010	2009	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
<b>Outras receitas operacionais</b>			
Comissões e taxas sobre operações	556.250	580.800	280.582
Recuperação de despesas	176.026	157.726	144.678
Reversão de outras provisões operacionais	103.136	393.725	201.002
Rendas de outros créditos	637	1.166	3515
Receitas de cartões de crédito	32.156	28.949	87.231
Receitas de dividendos	8.300	49.888	6.378
Atualização de depósitos em garantia	32.884	33.936	36.924
Receitas de títulos de renda variável no exterior	-	94	32.275
Receitas de antecipação de dividendos	-	-	-
Outras receitas operacionais	60.144	241.404	57.876
<b>Total</b>	<b>969.533</b>	<b>1.487.688</b>	<b>850.461</b>

**Nota 28** Composição das contas “outras despesas operacionais”

Descrição	2010	2009	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
<b>Outras despesas operacionais</b>			
Despesas com Reservas Atuariais FUNCEF/PREVHAB	-	-	(1.202)
Despesas de contribuição ao SFH	(257)	(250)	(289)
Despesas com FCVS a receber - Provisão/Perdas	(68.527)	(82.569)	(175.782)
Despesas sobre obrig com fundos e programas	(11.556)	(71.279)	(36.627)
Provisão para contingências	(405.255)	(286.569)	(310.920)
EMGEA/UNIÃO	(7.801)	(7.401)	(28.797)
Despesas com revendedor lotérico	(51.716)	(53.421)	(44.179)
Despesas com cartão de crédito	(118.597)	(128.895)	(104.234)
Despesas de serviços automatizados	(23.181)	(35.325)	(35.502)
Descontos de operações de crédito	(10.169)	(10.624)	(39.844)
Correspondente não bancário	(225.592)	(217.550)	(162.458)
Instrumento híbrido de capital e dívida - AM	(399.490)	(183.051)	(163.650)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(144.269)	(90.287)	(135.896)
Benefícios sociais	(20.877)	(16.966)	(19.515)
Fundo de investimento do FGTS	(3.188)	(11.675)	(10.673)
Despesas com ágio na aquisição de carteiras comerciais	-	-	(5.336)
Despesas com alavancagem de negócios	(21.688)	(15.973)	(17.059)
Condenações judiciais	(142.675)	(158.013)	(101.434)
Despesas com créditos administrados por terceiros	(6.673)	(6.340)	(5.277)
Despesas c/ gestão financ c/ fundo de previdência	(37.386)	(35.002)	(31.301)
Benefício pós-emprego	(134.427)	(150.822)	(151.999)
Outras despesas operacionais	(180.984)	(113.335)	(94.297)
<b>Total</b>	<b>(2.014.308)</b>	<b>(1.675.346)</b>	<b>(1.676.271)</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota 29 Resultado não operacional**

Descrição	2010	2009	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
<b>Receitas não operacionais</b>	<b>83.738</b>	<b>75.984</b>	<b>60.580</b>
Lucro na alienação de valores e bens	26.107	24.258	28.878
Alienação de bens imóveis	49.050	43.152	24.849
Outras rendas não operacionais	8.581	8.574	6.853
<b>Despesas não Operacionais</b>	<b>(121.147)</b>	<b>(130.121)</b>	<b>(89.622)</b>
Desvalorização de outros valores e bens	(42.973)	(40.207)	(15.420)
Indenizações por perdas e danos	(15.191)	(30.360)	(17.030)
Perdas em Imóveis	(9.592)	(7.672)	-
Prejuízos na alienação de valores e bens	(2.387)	(1.100)	(15.883)
Outras despesas não operacionais	(51.004)	(50.782)	(41.289)
<b>Total</b>	<b>(37.409)</b>	<b>(54.137)</b>	<b>(29.042)</b>

**Nota 30 Despesas tributárias**

Descrição	2010	2009	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Contribuição COFINS	(232.771)	(221.185)	(197.142)
PIS/PASEP	(37.825)	(35.943)	(32.036)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(58.017)	(62.185)	(46.064)
Despesas com IPTU	(30.778)	(1.114)	(27.697)
Outras	(5.980)	(6.184)	(4.339)
<b>Total</b>	<b>(365.371)</b>	<b>(326.611)</b>	<b>(307.278)</b>

**Nota - 31 Passivos contingentes**

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a) Os passivos contingentes estão assim apresentados:

(i) Movimentação dos saldos de provisão

Descrição	2009		2010		
	31 de março	31 de dezembro	Adições	Reversões/	31 de março
				Baixas	
<b>Fiscais</b>	<b>1.145.840</b>	<b>489.826</b>	<b>43.435</b>	<b>-</b>	<b>533.261</b>
- PASEP	687.966	-	-	-	-
- INSS	224.711	240.331	15.757	-	256.088
- ISS	97.516	109.926	24.554	-	134.480
- Outros	135.647	139.569	3.124	-	142.693
<b>Cíveis</b>	<b>3.055.593</b>	<b>3.173.779</b>	<b>401.062</b>	<b>249.422</b>	<b>3.325.419</b>
<b>Trabalhistas</b>	<b>1.974.237</b>	<b>2.426.990</b>	<b>167.782</b>	<b>4.019</b>	<b>2.590.753</b>
<b>Outras</b>	<b>164.687</b>	<b>359.221</b>	<b>-</b>	<b>11.500</b>	<b>347.721</b>
<b>Total</b>	<b>6.340.357</b>	<b>6.449.816</b>	<b>612.280</b>	<b>265.772</b>	<b>6.797.154</b>

A provisão para contingências fiscais está registrada na conta “Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias” (Nota 19(a)), e a provisão para as demais contingências na conta “Outras obrigações - Diversas” (Nota 19(c.2)).

(ii) Composição dos depósitos judiciais:

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>4.046.349</b>	<b>3.943.556</b>	<b>3.454.072</b>
Fiscal	2.247.535	2.218.468	1.840.410
Trabalhista	1.107.383	1.076.239	1.139.759
Cível	691.431	648.849	473.903

(iii) Composição por classificação de risco Provável

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
	Montante/ Provisão	Montante/ Provisão	Montante/ Provisão
<b>Risco Provável</b>	<b>6.797.155</b>	<b>6.449.816</b>	<b>6.340.357</b>
Perdas e danos	1.263.088	1.375.050	1.408.582
Poupança	1.327.033	1.197.456	1.074.978
Loterias	39.560	82.203	80.193
Crédito imobiliário	290.729	131.035	129.454
Contingenciamento do FGTS	405.010	388.035	362.386
Trabalhista	2.590.753	2.426.990	1.974.237
Fiscais	533.261	489.826	1.145.840
Outras	347.721	359.221	164.687

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado**(iv) Composição por classificação de risco Possível**

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não reconhecidos contabilmente:

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Demandas Trabalhistas	42.309	121.361	-
Demandas Fiscais	4.267.603	4.265.640	-
Demandas Cíveis	1.265.527	1.228.114	-

**(b) Ações trabalhistas e cíveis**

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade e jurisprudência das Cortes Superiores.

As ações cíveis estão relacionadas com os seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que encontram-se provisionadas aos critérios descritos na norma vigente.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensão reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS ocorrido sob os auspícios de política econômica pretérita.

**(c) Ações fiscais**

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

(i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993, nos valores de R\$ 768.312 de principal, R\$ 576.234 de multa e R\$ 2.630.381 de juros, os quais totalizam R\$ 3.974.926 a valores de 31 de março de 2010 (2009 - R\$ 3.871.635, valor total), cuja provisão foi revertida em setembro de 2009 tendo com base a classificação da ação como possível pelo Jurídico da CAIXA.

O Segundo Conselho de Contribuintes, em sessão no dia 18 de outubro de 2006, por meio do Acórdão 202-17402, deu provimento parcial ao recurso voluntário da CAIXA. Em 03 de

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

---

setembro de 2007 foi oposto Embargo de Declaração, o qual foi apreciado pelo Segundo Conselho de Contribuintes e encaminhado à DRF/BSB/DF em 14 de março de 2008.

A DRF/BSB/DF, por meio da intimação nº 345/2008, deu ciência à CAIXA dos novos valores do auto, tendo em vista redução do mesmo em decorrência do provimento das matérias julgadas e apresentadas por meio do Acórdão 202-17402, e considerando, também, a negativa de seguimento aos Embargos de Declaração opostos (Despacho nº 202-132 da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes).

Contra o Despacho 202-132 ora aludido, foram opostos novos Embargos de Declaração, em 06/10/2008, e em 15/10/2008 foi interposto Recurso Especial, tendo sido este último admitido pelo Conselho de Contribuintes no âmbito da Câmara Superior de Recursos Fiscais, o qual teve seu mérito julgado em 10/12/2009, onde se deliberou pela manutenção da decisão adotada quando da apreciação do Recurso Voluntário anteriormente citada.

A CAIXA ainda não foi cientificada do inteiro teor da decisão prolatada no julgamento do Recurso Especial, a partir do qual caberá avaliação quanto à possibilidade de oposição de novos Embargos e esgotadas as possibilidades na esfera administrativa, é ainda cabível ação junto ao Poder Judiciário.

(ii) A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 31 de março de 2010, montam a R\$ 1.425.531 (2009 - R\$ 1.339.542), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 256.088 (2009 - R\$ 224.711).

(iii) As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 31 de março de 2010 corresponde ao montante de R\$ 283.860 (2009 - R\$ 273.141).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 134.528 (2009 - R\$ 97.515).

(iv) A CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 3 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 118.059 (2009 - R\$ 111.359), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(v) A CAIXA possui 18 processos relativos a Imposto de Renda, PASEP, Contribuições Previdenciárias e ISSQN, ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e soma R\$ 4.267.603 em março/2010.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota - 32 Partes relacionadas**

**(a) Remuneração de empregados e dirigentes**

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Benefícios de curto prazo	2.416	8.985	2.342
Proventos	2.061	6.939	1.903
Encargos Sociais	355	2.046	439

Em atendimento ao Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987, estão destacadas abaixo as remunerações pagas a empregados e administradores, nelas não são deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/1987 e Lei nº 8.852/1994:

Descrição	2010		2009			
	31 de março		31 de dezembro		31 de março	
	Administrador R\$	Empregado R\$	Administrador R\$	Empregado R\$	Administrador R\$	Empregado R\$
Maior Salário	30.063	24.985	30.063	24.985	27.730	24.985
Salário Médio	26.969	4.364	26.969	4.402	24.876	4.086
Menor Salário	22.573	1.160	22.573	1.160	20.821	1.062

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

**(b) Operações ativas e passivas da CAIXA com as partes relacionadas**

As operações com a CAIXAPAR, CAIXA SEGUROS, Tesouro Nacional e FUNCEF são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis, praticadas de acordo com as condições de mercado consideradas para as demais operações:

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
<b>ATIVOS</b>			
<b>Rendas a receber</b>	<b>380.609</b>	<b>235.472</b>	<b>353.301</b>
Caixa Seguros	253.520	86.997	250.669
OGU - Orçamento Geral da União	127.089	148.475	102.632
<b>Total</b>	<b>380.609</b>	<b>235.472</b>	<b>353.301</b>
<b>PASSIVOS</b>			
<b>Depósitos à vista</b>	<b>436.230</b>	<b>494.888</b>	<b>301.888</b>
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	412.805	482.654	292.077
Caixa Seguros	21.577	10.778	8.380
FUNCEF	1.818	1.433	1.431
CAIXA PAR	30	23	-
<b>Obrigações por operações compromissadas</b>	<b>758.126</b>	<b>747.317</b>	<b>-</b>
CAIXAPAR	758.126	747.317	-
<b>Repasses do país - instituições oficiais</b>	<b>(625)</b>	<b>581</b>	<b>116</b>
OGU - Orçamento Geral da União	(625)	581	116
<b>Obrigações diversas</b>	<b>27.858</b>	<b>27.308</b>	<b>25.668</b>
OGU - Orçamento Geral da União	27.858	27.308	25.668
<b>Total</b>	<b>1.221.589</b>	<b>1.270.094</b>	<b>327.672</b>
<b>RECEITAS</b>			
<b>Rendas de prestação de serviços</b>	<b>107.519</b>	<b>360.411</b>	<b>72.863</b>
Caixa Seguros	76.701	283.459	66.237
OGU - Orçamento Geral da União	30.818	76.952	6.626
<b>Rendas de participações</b>	<b>108.648</b>	<b>325.242</b>	<b>54.323</b>
Caixa Seguros	108.648	325.242	54.323
<b>Total</b>	<b>216.167</b>	<b>685.653</b>	<b>127.186</b>
<b>DESPESAS</b>			
<b>Despesas de participações</b>	<b>-</b>	<b>(961)</b>	<b>-</b>
Caixa Seguros	-	(961)	-
<b>Despesas com Operações Compromissadas</b>	<b>(15.084)</b>	<b>(13.662)</b>	<b>-</b>
CAIXAPAR	(15.084)	(13.662)	-
<b>Despesas administrativas - aluguéis</b>	<b>(8.525)</b>	<b>(35.660)</b>	<b>(10.383)</b>
FUNCEF	(8.525)	(35.660)	(10.383)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(156)</b>	<b>(1.067)</b>	<b>(482)</b>
OGU - Orçamento Geral da União	(156)	(1.067)	(482)
<b>Total</b>	<b>(23.765)</b>	<b>(51.350)</b>	<b>(10.865)</b>

**Nota - 33 Benefícios a empregados**

A CAIXA realizou em 2009 estudos e cálculos previstos na resolução CVM nº 600/2009 que aprovou o CPC 33, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil, para atualização dos custos que proporcionam benefícios a empregados de entidades patrocinadoras de planos de previdência na modalidade benefício definido, bem como de planos de saúde e auxílio alimentação/cesta alimentação (Nota 18 (c)).

**(a) Plano de benefícios - Previdência privada**

A CAIXA é patrocinadora da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), que tem por objetivo a administração de planos de benefícios de natureza previdenciária, nas condições previstas nos regulamentos próprios, havendo atualmente planos de benefício definido e de contribuição definida.

**a.1) REG/REPLAN**

O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Benefício Definido, vinculado ao INSS e ao Plano de Cargos e Salários (PCS) do Patrocinador.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por Órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de benefícios oferecido pelo patrocinador.

A Contribuição da patrocinadora é estabelecida por meio de avaliação atuarial anual, e em hipótese alguma excederá o total da contribuição normal do participante e do assistido, limitada a 7,85% do total dos salários de contribuição dos associados.

**a.2) REB**

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Com a criação do Plano REB, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

A contribuição da patrocinadora para o REB 1998 é limitada a 8,34% da soma do salário dos empregados participantes do plano. Para o REB 2002 a contribuição é paritária, limitada a 7% do total dos salários de participação dos empregados em atividade.

**a.3) Novo Plano**

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 01 de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

**(b) Auxílio-Alimentação/Cesta-Alimentação**

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o Auxílio-Alimentação/Cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Este auxílio é definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2009 a agosto de 2010 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 371,36 (trezentos e setenta e um reais e trinta e centavos) para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2009 a agosto de 2010 é de R\$ 289,36 (duzentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos) para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

**(c) Assistidos PREVHAB**

A Caixa administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB transferidos da CAIXA Seguros para a CAIXA em 1º de novembro de 2002 decorrente do distrato do contrato de instituição de plano especial de benefícios.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(d) Conciliação dos ativos e passivos**

Descrição	2009					
	REG/REPLAN	REB	PREVHAB	Novo Plano	Auxílio e cesta alimentação	Auxílio pecúlio
c.1) Valor presente das obrig. com cobertura	27.479.152	772.600	-	1.537.276	-	5.825
c.2) Valor presente das obrig. sem cobertura	-	-	40.205	22.120	744.355	6.201
<b>c.3) Valor presente das obrig. atuariais (c.1 + c.2)</b>	<b>27.479.152</b>	<b>772.600</b>	<b>40.205</b>	<b>1.559.396</b>	<b>744.355</b>	<b>12.026</b>
c.4) Valor justo dos ativos do plano	(31.584.152)	(852.948)	-	(1.537.276)	-	(5.825)
c.5) Valor presente das obrig. em excesso (inferior) ao valor justo dos ativos	(4.105.000)	(80.348)	40.205	22.120	744.355	6.201
c.6) Ganhos ou (perdas) atuariais não reconhecidas	774.288	(47.974)	4.205	(15.999)	(16.956)	(6.113)
<b>c.7) Passivo/(Ativo) atuarial líquido (c.5 + c.6)</b>	<b>(3.330.712)</b>	<b>(128.322)</b>	<b>44.410</b>	<b>6.121</b>	<b>727.399</b>	<b>88</b>
c.8) Valor não reconhecido como (ativo)/Passivo em decorrência da regra estabelecida	(2.052.500)	(40.174)	-	11.060	-	-
<b>c.9) Passivo/(Ativo) atuarial líquido (c.7 (-) c.8)</b>	<b>(1.278.212)</b>	<b>(88.148)</b>	<b>44.410</b>	<b>(4.939)</b>	<b>727.399</b>	<b>88</b>

Os ativos atuariais líquidos (c.9) não estão registrados nas demonstrações financeiras conforme prerrogativa da norma vigente.

**(e) Resumo da movimentação**

Descrição	Apuração realizada					
	REG/REPLAN	REB	PREVHAB	Novo Plano	Auxílio e cesta alimentação	Auxílio pecúlio
Passivo (Ativo) atuarial contab. em 31/12/2008	-	-	42.680	104.111	712.423	(620)
Pagamento de contrib. para o Plano	(17.064)	(20.288)	(4.762)	(256.387)	(57.821)	(178)
Despesa / (receita) apurada	(1.261.148)	(67.860)	4.707	147.337	70.818	886
Passivo (Ativo) atuarial líquido	(1.278.212)	(88.148)	42.625	(4.939)	725.420	88
Passivo (ativo) atuarial contab. em 31/12/2009	-	-	42.625	-	725.420	-

**(f) Plano de saúde - Saúde CAIXA**

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência a saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Na composição da receita do Saúde CAIXA, conforme alteração implantada em 2004, a CAIXA participa com a contribuição mensal correspondente a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de 3,5% sobre a despesa com pessoal, e o beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% de sua remuneração-base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto anual.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 4.873.719 (2009 - R\$ 4.367.600) e a despesa para o período acumulado até 31 de março de 2010 foi de R\$ 114.180 (2009 - R\$ 133.118), e os desembolsos referentes aos pagamentos dos benefícios do período montam R\$ 6.509

**(g) Resumo dos passivos atuariais (nota 19 (c))**

Especificações	Saldo em 31.12.2009	Ajuste apurado	Saldo em 31.03.2010
PREVHAB	42.625	195	42.820
Auxílio e cesta alimentação	725.420	(17.310)	708.110
SAÚDE CAIXA	4.766.048	107.671	4.873.719
<b>Total (j)</b>	<b>5.534.093</b>	<b>90.556</b>	<b>5.624.649</b>

(i) a diferença entre o valor contabilizado e o valor do estudo realizado encontra-se dentro das normas contábeis vigentes – nota 3 (r)

**(h) Premissas econômicas**

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais foram as seguintes:

Especificações	2009	2009
	SAÚDE CAIXA	Outros planos (1)
Taxa para desconto da obrigação atuarial	10,91% a.a.	11,03% a.a.
Taxa de rendimento total esperada sobre ativos do plano	10,91% a.a.	11,08% a.a.
Crescimento salarial real	1,04% a.a	-.

(1) refere-se aos planos de previdência privada, auxílio pecúlio e auxílio e cesta alimentação. As taxas consideram o efeito da inflação.

**(i) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais**

i.1) REG/REPLAN, REB e Novo Plano: A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (i) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (ii) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos e (iii) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009****Em milhares de reais, exceto quando indicado**

---

i.2) Saúde Caixa: as perdas atuariais relativas a esse passivo que ultrapassaram o limite definido na nota 3(r) serão reconhecidas pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

**(j) Participação dos empregados nos lucros**

Foi destacado para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o montante de R\$ 51.652 (2009 - R\$ 63.511).

**Nota- 34 Gerenciamento do Risco Corporativo**

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, com o objetivo de cumprir os princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da Instituição.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, a natureza e a complexidade da Instituição, e às boas práticas de governança corporativa, dessa forma permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos inerentes aos produtos, serviços e operações, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política e os limites máximos de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco e claramente comunicados a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

**(a) Basileia II**

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basileia II são coordenadas por um projeto estratégico e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controle e Risco. O Projeto foi aprovado pelo Conselho Diretor e reflete o devido reconhecimento e a priorização estratégica atribuída pela Administração à implantação das melhores práticas de gestão de riscos.

O Projeto visa assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a instituição a adotar os modelos internos em todas as categorias de riscos.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado

A Instituição reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento da missão estratégica da CAIXA.

**(b) Exigência de Capital Regulatório**

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme esta as Resoluções CMN nº. 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

	<b>2010</b>	<b>2009</b>	
	<b>31 de março</b>	<b>31 de dezembro</b>	<b>31 de março</b>
<b>PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)</b>	<b>30.014.052</b>	<b>26.245.187</b>	<b>22.730.321</b>
<b>NÍVEL I</b>	<b>15.007.645</b>	<b>14.970.201</b>	<b>12.901.444</b>
Patrimônio Líquido	13.731.867	13.143.767	12.975.882
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	1.957.519	1.952.635	-
Reservas de Reavaliação	(499.837)	(509.236)	(538.643)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(89.609)	(89.609)	(36.341)
Ativo Permanente Diferido	(87.671)	(97.230)	(127.260)
Ajuste ao Valor de Mercado	(4.624)	(1.780)	(7.477)
Adicional de Provisão ao Mínimo Estabelecido pela 2.682/1999	-	571.654	635.283
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	-	-
<b>NÍVEL II</b>	<b>15.007.645</b>	<b>11.276.219</b>	<b>9.837.498</b>
Reservas de Reavaliação	499.837	509.236	538.643
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	9.675.299	6.014.211	5.851.661
Instrumentos de Dívida Subordinada	4.827.885	4.750.992	3.439.717
Ajuste ao Valor de Mercado	4.624	1.780	7.477
Excesso de Capital de Nível II em Relação ao Nível I	-	-	-
<b>DEDUÇÕES DO PR</b>	<b>(1.238)</b>	<b>(1.233)</b>	<b>(8.621)</b>
Participação em instituição financeira no exterior	(1.238)	(1.233)	(8.621)
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)</b>	<b>18.216.762</b>	<b>16.502.933</b>	<b>12.540.563</b>
Risco de Crédito	16.549.391	15.227.231	11.768.314
Risco de Mercado	77.704	89.127	88.098
Risco Operacional	1.589.667	1.186.575	684.151
<b>MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)</b>	<b>11.797.290</b>	<b>9.742.254</b>	<b>10.189.758</b>
<b>ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)</b>	<b>18,12</b>	<b>17,49</b>	<b>19,94</b>

**(c) Risco de Crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Como parte do aprimoramento do processo de Gestão de Risco de Crédito, a CAIXA revisa anualmente suas políticas, estratégias e limites de exposição submetendo-os à aprovação do Conselho Diretor e do Conselho de Administração.

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco, sendo que os modelos utilizados baseiam-se em critérios consistentes e verificáveis com o objetivo de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas por meio de modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação, e reavaliadas, no máximo anualmente, por meio de modelos de *Behavior Scoring* nas exposições de varejo e reavaliação de *rating* nas demais.

O controle das exposições ocorre pelo monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital, possibilitando ampla visão do perfil das exposições por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros, e pela adoção de medidas de mitigação de risco, quando necessário.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no monitoramento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

**(d) Risco de Mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Essa definição inclui as operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Na CAIXA, as políticas, estratégias e limites de exposição a risco de mercado são propostas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Comitê de Risco e aprovadas pelos Conselhos Diretor e de Administração, mantendo a aderência aos objetivos institucionais e empresariais e as exposições em níveis de risco adequados às estratégias de negócios, aos resultados e à estrutura de capital da Instituição.

Os limites de exposição visam assegurar a manutenção dos níveis de risco definidos pela Alta Administração e diminuir a volatilidade dos resultados da Instituição, se alinhando às melhores práticas de mercado e à exigência legal. São definidos de acordo com a estratégia, os fatores macroeconômicos, o ambiente de negócios e a capacidade de assunção de riscos. Eventuais violações são comunicadas tempestivamente ao Comitê de Riscos para a tomada de decisão sobre a manutenção, a revisão ou o encerramento da posição.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Os sistemas utilizados para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições, abrangem todas as fontes relevantes de risco de mercado e são avaliados no mínimo, anualmente, incluindo a geração de relatórios tempestivos para a alta administração da Instituição.

**Valor em Risco – VaR**

A CAIXA adota modelo paramétrico para o cálculo do VaR e utiliza horizonte de tempo de previsão de um dia e nível de confiança de 99% para a mensuração da exposição a risco de mercado da carteira de negociação em cenário de normalidade e de estresse.

Para verificação da acurácia do modelo de cálculo do VaR, é realizada diariamente a apuração do número de violações que consiste em verificar quando a perda ou lucro não realizado supera o VaR calculado. São utilizados dois testes, o primeiro baseado nas recomendações do Comitê de Basileia e o segundo a luz da metodologia de Kupiec - teste de proporção de falhas.

Os resultados da mensuração das exposições a risco de mercado da carteira de negociação envolvendo o cálculo do VaR nas situações de normalidade e de estresse e a realização dos testes de aderência, além da verificação do cumprimento dos limites estabelecidos, são divulgados diariamente ao Conselho Diretor.

A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

<b>Valor em Risco em Cenário de Normalidade</b>			
R\$ milhões			
<b>Fatores de Risco</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	
	<b>31 de março</b>	<b>31 de dezembro</b>	<b>31 de março</b>
PRE	6,6	5,7	18,1
Cupom IGP	0,2	0,6	0,2
Cupom IPCA	0,6	0,3	2,3
Cupom SELIC	0,0	0	0,1
Cupom TR	0,0	0	0,0
CDI	-	-	-
VaR sem ED(1)	7,4	6,6	20,6
VaR com ED(1)	6,1	5,4	13,3

(1) Efeito Diversificação

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### Instrumentos Financeiros – Valor marcado a mercado

A comparação entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado é apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de Referência			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber no Período		
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2009	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2009	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2009
<b>ATIVO</b>									
<b>Aplicações em depósitos Interfinanceiros</b>	<b>94.181</b>	<b>92.335</b>	<b>2.545.257</b>	<b>94.181</b>	<b>92.352</b>	<b>2.544.897</b>	-	(17)	360
<b>Aplicações em Operações Compromissadas</b>	<b>38.411.168</b>	<b>29.336.351</b>	<b>39.952.368</b>	<b>38.405.300</b>	<b>29.335.106</b>	<b>39.967.035</b>	(5.868)	(1.245)	14.666
<b>Titulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.</b>	<b>105.074.982</b>	<b>118.449.828</b>	<b>117.928.849</b>	<b>105.697.414</b>	<b>118.483.102</b>	<b>117.511.443</b>	<b>622.432</b>	<b>33.273</b>	<b>(938.385)</b>
Títulos para negociação	32.086.148	46.451.351	32.728.316	32.086.148	46.451.351	32.728.316	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	1.515.125	1.471.071	1.771.784	1.515.125	1.471.071	1.771.784	-	-	-
Títulos mantidos ate o vencimento	71.473.709	70.527.406	83.428.749	72.096.141	70.560.679	83.011.343	622.432	33.273	(417.406)
<b>Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos</b>	<b>136.617.754</b>	<b>126.540.315</b>	<b>90.747.116</b>	<b>135.825.627</b>	<b>124.622.876</b>	<b>92.404.724</b>	<b>(792.127)</b>	<b>(1.917.438)</b>	<b>1.657.608</b>
Comercial	47.961.057	45.592.947	33.942.679	52.364.924	49.083.624	38.398.516	4.403.867	3.490.677	4.455.837
Habitação	77.808.676	70.520.637	49.197.256	75.109.010	67.886.681	48.181.054	(2.699.666)	(2.633.956)	(1.016.202)
Infraestrutura/Desenvolvimento	8.810.085	8.273.198	6.069.877	5.726.789	5.262.887	3.855.225	(3.083.296)	(3.010.311)	(2.214.652)
Outros Créditos	2.037.935	2.153.532	1.537.304	2.624.903	2.389.685	1.969.929	586.968	236.153	432.625

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	Valor de Referência			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber no Período		
	31/03/2010	31/12/2009	30/03/2009	31/03/2010	31/12/2009	30/03/2009	31/03/2010	31/12/2009	30/03/2009
<b>PASSIVO</b>									
<b>Captações de Recursos</b>	<b>28.692.239</b>	<b>25.420.836</b>	<b>21.941.255</b>	<b>28.805.282</b>	<b>25.471.942</b>	<b>21.980.807</b>	<b>113.043</b>	<b>51.106</b>	<b>39.552</b>
CDB/RDB	24.994.646	22.945.395	20.671.245	24.843.062	22.783.386	20.496.755	(151.585)	(162.009)	(174.489)
LCI LH	3.697.593	2.475.441	1.270.010	3.962.221	2.688.556	1.484.051	264.628	213.115	214.041
<b>Captação em Operações Compromissadas</b>	<b>67.042.665</b>	<b>65.036.181</b>	<b>59.936.529</b>	<b>68.104.670</b>	<b>66.285.435</b>	<b>60.440.905</b>	<b>1.062.005</b>	<b>1.249.255</b>	<b>504.376</b>
<b>Obrigações por empréstimos e repasses e Outras</b>	<b>44.308.033</b>	<b>41.447.763</b>	<b>32.353.263</b>	<b>39.684.286</b>	<b>36.798.231</b>	<b>29.956.513</b>	<b>(4.623.747)</b>	<b>(4.649.532)</b>	<b>(2.396.750)</b>
Exterior	8.716	9.524	15.474	8.562	9.519	15.022	(154)	(5)	(452)
Tesouro	27.858	27.308	25.668	26.782	26.775	22.842	(1.076)	(533)	(2.826)
FGTS	40.857.611	37.857.482	28.844.026	36.574.585	33.585.747	26.787.273	(4.283.026)	(4.271.735)	(2.056.753)
BNDES	885.863	856.050	736.279	844.488	819.768	719.805	(41.375)	(36.282)	(16.474)
Depósitos não remunerados	2.527.985	2.697.400	2.731.816	2.229.869	2.356.421	2.411.571	(298.116)	(340.978)	(320.244)
<b>Instrumento Híbrido de Capital e Dívida</b>	<b>12.343.424</b>	<b>7.966.846</b>	<b>5.851.661</b>	<b>12.371.687</b>	<b>7.705.626</b>	<b>5.046.907</b>	<b>28.263</b>	<b>(261.220)</b>	<b>(804.754)</b>

## **Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros**

Operações classificadas na carteira de negociação: a carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

O processo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros da carteira de negociação realiza o cálculo dos preços de negociação desses instrumentos no mercado secundário mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros - estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Operações Compromissadas: registradas pelo desconto dos fluxos de caixa futuros a taxa de mercado em operações semelhantes, na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros: registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001. São classificados nas seguintes categorias:

- I - títulos para negociação: operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. Avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- II - títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser vendidos, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
- III - títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários, para os quais há a intenção de sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Instrumentos financeiros derivativos: classificados no momento da aquisição segundo a intenção ou não de serem usados com a finalidade de *hedge*. As operações de *hedge* com o uso desses instrumentos atendem à Circular BACEN 3.082, de 30/01/2002, e são classificadas conforme segue:

*Hedge* de risco de mercado: são os derivativos que se destinam à compensação de riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto do *hedge*;

*Hedge* de fluxo de caixa: são os derivativos destinados a diminuir as oscilações no fluxo de caixa futuro estimado da Instituição.

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados na categoria III, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infra-estrutura, e as operações passivas de captações e depósitos, com e sem vencimento definido.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009****Em milhares de reais, exceto quando indicado**

---

As operações ativas das carteiras comercial, habitacional, de saneamento e infra-estrutura são agrupadas de acordo com suas características comuns e regências de evolução. São denominadas operações passivas com vencimento definido aquelas para as quais há condição de pagamento em data pré-estabelecida e os rendimentos prefixados ou pós-fixados são definidos.

As operações sem vencimento definido são aquelas que não apresentam data de pagamento pré-estabelecida ou possuem a característica de perpetuação do volume captado.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. O teste de estresse é realizado, mensalmente, em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº. 3.365/07.

**Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475**

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, foram realizadas análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 31 de março de 2010. Essas análises incluíram todas as operações com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

A aplicação da análise permite verificar a sensibilidade dos preços dos ativos e passivos, por fator de risco, às variações nas taxas de juros. Cabe destacar que esses resultados refletem estudos hipotéticos, realizados conforme a legislação em vigor, e não há possibilidade concreta de que a Instituição venha a sofrer esses impactos, já que essas exposições são gerenciadas diariamente, e movimentos adversos do mercado produzem atuação imediata das unidades do banco com o objetivo de reduzir eventuais perdas.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

**Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475**

Instrumentos Financeiros - 31 de março 2010				
Descrição	Risco	Cenário Provável	variação de 25%	variação de 50%
PREFIXADO	aumento de taxa de juros	(74.054.958)	(1.845.989.676)	(3.449.408.295)
ÍNDICE DE PREÇOS	aumento de cupons de índice de preços	(50.921.234)	(1.285.337.507)	(2.428.070.968)
TR/TBF/TJLP	aumento de cupom de TR	(107.057.480)	(2.323.302.698)	(3.791.464.198)
VARIAÇÃO CAMBIAL	queda nas taxas de cambio	4.497	(110.739)	(229.574)

**(e) Risco de Liquidez**

O risco de liquidez consiste na probabilidade de que o preço de liquidação de ativos seja diferente do seu preço marcado a mercado devido ao volume das operações ou de situações de mercado e de que a instituição não tenha recursos para honrar seus compromissos ou ainda tenha dificuldades em obter novos recursos por um preço compatível.

A CAIXA gerencia a sua exposição a essa categoria de risco por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros de suas operações em condições normais e de estresse, de um conjunto de indicadores de monitoramento de sua liquidez e pelo estabelecimento de procedimentos para atuação em resposta a situações de crise de liquidez.

**(f) Risco Operacional**

O risco operacional - RO é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento de risco operacional na CAIXA está pautado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, visto que a eficiente gestão dessa categoria é componente estratégico para a Empresa.

De acordo com essas diretrizes foi implantada a estrutura de gerenciamento de risco operacional, que é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição, está comprometida com o ambiente adequado, o eficiente processo de gerenciamento, a transparência e divulgação de informações para o público interno e para o mercado.

## **Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional**

A estrutura de gerenciamento do risco operacional implantada na CAIXA tem como fundamento identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, bem como está capacitada a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da Instituição.

Essa estrutura está prevista na Política de Gerenciamento de Risco Operacional da CAIXA, na qual estão definidos princípios, papéis e responsabilidades e conta com ativa participação do Comitê de Risco, e dos Conselhos Diretor e de Administração.

Além disso, a área responsável pelo gerenciamento de risco operacional atua em separado da área comercial e da auditoria interna, com o objetivo de preservar a independência na gestão de RO.

## **Identificação de Risco Operacional**

Na identificação do risco operacional são considerados tanto os fatores internos quanto os fatores externos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da Empresa.

O processo de identificação dos riscos operacionais permeia toda a Instituição, é desenvolvido por meio do mapeamento das atividades da instituição e da manifestação prévia sobre todos os produtos a serem lançados.

A auto-avaliação do risco operacional, adaptada da metodologia CRSA (*Control & Risk Self Assessment*) alcança todas as unidades da CAIXA. Essa auto-avaliação é apresentada sob a forma de questionários eletrônicos, nos quais são formuladas perguntas aos gerentes/gestores da Empresa sobre a possibilidade de ocorrência de eventos de riscos operacionais, bem como sobre o nível de criticidade desses riscos e os controles a eles associados.

## **Avaliação**

A avaliação do risco operacional é dividida em: avaliação qualitativa e avaliação quantitativa. Na primeira, obtém-se o perfil de risco da Instituição, por linhas de negócios e unidade. Na segunda são estabelecidas métricas, com o objetivo de analisar o histórico das perdas, projetar prejuízos financeiros e realizar o cálculo para alocação de capital.

## **Cálculo para Requerimento de Capital**

A metodologia de medição da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente a risco operacional adotada na CAIXA é a Abordagem Padronizada Alternativa (ASA).

A CAIXA pretende apresentar sua candidatura para a implantação do modelo interno - método de mensuração avançada. Para tal, ao longo dos últimos anos, vem sendo desenvolvido um conjunto de ações para que no prazo definido pelo BACEN a candidatura possa ocorrer.

## **Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação**

As ações de mitigação, controle operacional e de mitigação são objeto de atenção especial, inclusive quanto às orientações sobre a importância dessa gestão para a sustentabilidade e solidez da CAIXA.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

---

O controle operacional dos produtos e serviços a serem lançados é realizado por meio de ferramenta específica, com capacidade para gerar sistematicamente informações sobre a implementação das medidas corretivas recomendadas

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional, além dos indicadores chaves de risco são monitorados sistematicamente.

**Gestão da Continuidade dos Negócios**

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da Instituição, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços prestados aos clientes, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da Instituição na construção e consolidação de modelos, procedimentos, prática, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, se traduz numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

**Transparência e Divulgação**

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da Empresa e demonstrar o compromisso da CAIXA com a consistência dos dados e com o ambiente bancário seguro.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

**Nota - 35** Outras informações**(a) Administração de entidades sociais**

Patrimônios líquidos dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

Entidade	2010	2009	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
PIS	26.408.474	26.100.285	25.504.580
FGTS *	31.318.204	30.494.293	29.405.798
FAR *	4.627.353	4.625.608	4.017.905
FDS *	1.115.529	1.110.837	882.125
FAS	27.702	31.439	39.055
PCE	-	-	16.881
FGS *	137.306	179.136	216.021
FIEL	46.734	46.025	44.044
FGHAB	102.803	94.406	-
FCA *	909	538	-
<b>Total</b>	<b>63.785.014</b>	<b>62.682.567</b>	<b>60.126.409</b>
FCVS (i) **	(84.520.824)	(84.520.824)	(81.173.072)

\* posição Fev/2010

\*\* posição Dez/09

(i) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

**(b) Garantias prestadas a terceiros**

Registra-se o valor de R\$ 82.404 (2009 - R\$ 66.813), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

**(c) FGTS**

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 33.256 (2009 - R\$ 34.770).

A lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de agente operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável as contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 76.165 (2009 - R\$ 57.414)

**(d) FIES**

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007 de 19 de novembro de 2007.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

---

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 156.052 (2009 - R\$ 131.234).

**(e) Alterações na legislação tributária**

Segundo dispõe o RTT, os efeitos das alterações promovidas na legislação societária, pela Lei 11.638, não devem ser considerados para fins de apuração dos tributos federais, para tanto, foi instituído o Controle Fiscal Contábil de Transição – FCONT para registro dos lançamentos contábeis auxiliares, necessários para reverter o efeito da utilização de métodos e critérios contábeis diferentes daqueles previstos na legislação tributária, baseada nos critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

A CAIXA manifestou, perante o Fisco, a opção pelo RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ 2009, entregue em 16 de outubro de 2009.

Maria Fernanda Ramos Coelho  
Presidenta

Carlos Antonio de Brito  
Vice-presidente

Carlos Augusto Borges  
Vice-presidente

Clarice Coppetti  
Vice-presidente

Édilo Ricardo Valadares  
Vice-presidente

Fábio Lenza  
Vice-presidente

Jorge Fontes Hereda  
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto  
Vice-presidente

Marcos Roberto Vasconcelos  
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues  
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto  
Superintendente Nacional  
Contador CRC 9.037/O-0 - DF